

1986

A Política

O PMDB FRENTE ÀS IDEOLOGIAS ALTERNATIVAS

Nada é mais urgente para a consolidação da democracia no Brasil do que uma definição ideológica mais precisa dos partidos políticos e particularmente do PMDB. Por outro lado, nada mais necessário para o PMDB - principalmente depois de ter sido vitorioso em 19 capitais mas ter perdido em seu principal reduto que é São Paulo - do que definir com mais clareza seu vetor ideológico.

Não basta ao PMDB reafirmar sua fidelidade à democracia. A democracia formal já foi alcançada neste país. Não basta dizer que se pretende uma democracia substantiva, social, porque esta é uma afirmação muito vaga, que todos estão dispostos a subscrever. Não basta falar em descentralização e participação, embora estas duas idéias sejam essenciais para tornar mais eficiente a ação social do Estado e, assim, dar conteúdo real à democracia.

É preciso definir com mais clareza o que significa a opção de centro-esquerda do PMDB. Trata-se de uma opção socialista democrática ou social-democrática? Em caso afirmativo, o que significa a social-democracia?

Para esta definição é importante, de um lado, criticar as correntes políticas alternativas e, de outro, relacionar-se com as tendências ideológicas universais.

No plano da crítica, é essencial definir que a opção do PMDB não se confunde com a dos PCs nem com a do PT. Este partido já deixou claro - inclusive através da entrevista que seu presidente, Lula, concedeu à *Folha* (29/12/84) - que se trata de um partido estatal e autoritário. Está certo que Lula não defendeu diretamente a luta armada. Defendeu o "direito à insurreição contra as ditaduras", que está inscrito nas mais legítimas tradições democráticas do Ocidente. Mas deixou claro que pretende estatizar todos os meios de produção, e que sua visão de "democracia" é rigorosamente autoritária, baseada na ditadura das maiorias, cuja vontade pode ser aferida, inclusive, por eleições de conselhos populares, de acordo com o modelo soviético reproduzido em Cuba.

A alternativa de um regime social-democrata, em que a distribuição de renda é assegurada através de um sistema de impostos fortemente progressivos e de um desenvolvimento decisivo do Estado, garantindo educação, saúde e esporte gratuitos para todos, é rejeitada explicitamente por Lula, porque implica em negociar com as classes dominantes ao invés de eliminá-las. Está claro que só pode ser esta a alternativa do PMDB.

O PMDB, por sua vez, ao mesmo tempo que deve explicitar sua vocação social democrata, em que o ideal auto-gestionário é mantido como uma meta a longo prazo, precisa também criticar com firmeza a alternativa liberal-conservadora - e geralmente autoritária - do PFL e do PDS. Precisa criticar o liberalismo econômico que, na prática, se confunde com o monetarismo, com a submissão à visão conservadora do *stablishment* norte-americano em relação aos problemas do Brasil, e, portanto, com a limitação não apenas da ação do Estado Empresário - limitação com a qual o PMDB concorda - mas também no Estado Regulador e do Estado do Bem-estar Social, essenciais a partir de uma perspectiva social-democrata.

O compromisso do PMDB com a distribuição efetiva de renda - para a qual a reforma agrária, o estabelecimento de um sistema tributário cada vez mais progressivo e uma política de elevação do salário mínimo real são essenciais - é um compromisso que está sendo testado na política atual do governo e que será testado na ação futura da Constituinte. É um compromisso cujos pressupostos precisam ser amplamente discutidos e claramente explicitados para que o PMDB se torne não apenas o agente da transição democrática, mas também da consolidação da democracia. (*Folha de S.Paulo*, 7 de janeiro de 1986).

A VOCAÇÃO IDEOLÓGICA DO PMDB DE SÃO PAULO

Em São Paulo, ou o PMDB assume claramente uma posição ideológica de centro-esquerda, social-democrata, ou não terá condições de sobrevivência como grande partido. Em alguns outros estados - no Amazonas, por exemplo - o PMDB pode assumir um caráter conservador e ainda assim sobreviver. As forças progressistas são ainda tão fracas em algumas regiões que a política pode continuar a se definir pelo clássico conflito entre duas oligarquias locais. E nesse caso o PMDB pode emprestar sua legenda a uma dessas oligarquias - eventualmente a mais moderna e democrática.

Em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, entretanto, ou o PMDB assume um caráter claramente progressista, ou naufraga. Isto ficou muito claro no Rio de Janeiro em 1982 e em 1985, quando dois candidatos chaguistas dilaceraram o partido, roubaram-lhe a bandeira social-democrata, moderna e progressista, e levaram-no à derrota.

Isto não significa, naturalmente, que só partidos de centro-esquerda possam ser vitoriosos no Brasil. Em São Paulo um prefeito de direita acaba de ser eleito, ainda que se aproveitando da divisão da esquerda. A alternância no poder entre partidos de esquerda e de direita é própria das democracias.

Significa apenas que o poder do PMDB, nos estados onde as forças progressistas, de esquerda não-radical nem autoritária, são fortes, deriva dessas mesmas forças. Significa que o *locus* do PMDB, sua vocação, no espectro ideológico, está à esquerda. Não está no centro - que aliás não existe, que é um mero eufemismo para as posições de centro-direita -, e portanto não está na direita, porque a direita democrática e a autoritária, os conservadorismos de todos os matizes são monopolizados pelo PDS, pelo PFL, e eventualmente por algum líder populista de direita como Jânio Quadros.

Embora haja no PMDB de São Paulo homens de direita, a base da sua militância e do seu eleitorado é progressista. Essa base não é apenas convictamente democrática, mas tem um compromisso com as causas populares profundo. Não é geralmente socialista, mas também não aceita o capitalismo indiscriminadamente. É crítica. Está comprometida com a democracia, com a distribuição de renda, com o desenvolvimento econômico independente. Não confunde os interesses das classes dominantes locais, nem os objetivos dos países do primeiro mundo, com as necessidades do povo brasileiro, embora também não veja aí conflitos insuperáveis. Deseja modernizar, democratizar e socializar o capitalismo.

Para os dois principais candidatos do PMDB ao governo de São Paulo - Orestes Quércia e Mário Covas - esta análise deve fazer sentido. Os compromissos de Mário Covas com esta visão ideológica estão claros, a partir da própria cassação de seu mandato em 1986. Os de Orestes Quércia estão menos claros, porque o regime autoritário de 64 pretendeu perseguí-lo, inclusive com a criação de uma Comissão Geral de Inquérito, em nome de suposta corrupção e não da subversão; porque sua disputa pela indicação para o governo de São Paulo, desde 1979, levou-o necessariamente a contrapor-se aos grupos definitivamente de esquerda e intelectualizados do PMDB de São Paulo. Não obstante, em nenhum momento ele deixou de estar solidário com seu próprio partido na luta pela redemocratização e na defesa dos interesses populares. Não lhe será difícil lograr essa definição ideológica mais clara.

De qualquer forma, neste ano o candidato do PMDB ao governo de São Paulo, seja quem for ele, deverá definir com razoável clareza sua posição ideológica democrática e progressista, em princípio social-democrática. Como é próprio dos grandes partidos de massa, essa definição deverá ser bastante ampla para abrigar muitas tendências, mas deverá ser suficientemente clara,

para não deixar dúvida nos militantes e eleitores que transformaram o PMDB no mais importante partido de São Paulo. (*Folha de S.Paulo*, 14 de janeiro de 1986).

PROGRAMA MÍNIMO PARA UM PMDB PROGRESSISTA

A última pesquisa da *Folha*, realizada apenas na cidade de São Paulo, mostra que tanto Mário Covas quanto Orestes Quércio perdem para Eduardo Suplicy (diferença de 11% no caso de Quércio, de 5% no caso de Covas) e deixa claro que o PMDB encontra-se realmente em crise. Se a pesquisa fosse estendida para o interior, como fez o Gallup, a situação tornar-se-ia mais favorável para Orestes Quércio, que, no global supera Mário Covas, e empata com Suplicy e Setúbal.

A situação, portanto, não é desesperadora para o PMDB, mas não permite otimismo de qualquer espécie. Seja quem for o candidato, terá grandes dificuldades em fazer-se eleger.

Essa eleição dependerá, antes de mais nada, do entusiasmo dos grupos e do eleitorado progressista do PMDB pelo candidato. Na medida em que a direita está ocupada por Olavo Setúbal e Paulo Maluf, e a esquerda por Eduardo Suplicy, a vocação ideológica clara do PMDB de São Paulo é a centro-esquerda, a social-democracia.

Os grupos social-democratas, a esquerda democrática do PMDB, está extremamente insegura. Por isso nunca se falou tanto no PMDB de São Paulo em cisão, em dissidência. Essas propostas são irrealistas e provavelmente não prosperarão, mas dão uma medida da crise.

Para o PMDB redefinir sua própria identidade depois de ocorrido o processo de redemocratização, não basta afirmar sua crença na democracia. É necessário que aqui em São Paulo, onde está hoje o fulcro da crise, se estabeleça um programa mínimo para quem deseja ser candidato do partido - um programa social-democrata nítido -, e verificar em seguida se o candidato o subscreve sem restrições. Isto alcançado, as condições de vitória aumentarão fortemente porque será fácil unir o partido em torno dessas idéias gerais de denunciar, de um lado, o conservadorismo e o populismo de direita do PFL, do PDS e de Jânio Quadros, e, de outro, o autoritarismo irresponsável do PT.

Esse programa mínimo social-democrata, que una o PMDB em São Paulo, deverá conter formulações ideológicas e programáticas de ordem geral, muitas das quais não dependem diretamente da ação do governador, mas são essenciais para definir as bandeiras do partido: (1) manutenção da propriedade privada dos meios de produção, entendido o caráter de concessão por interesse social dessa propriedade; (2) limitação da ação do Estado Empresário; (3) aumento da ação do Estado Regulador e do Bem-estar; (4) obtenção de distribuição de renda via principalmente reforma fiscal e secundariamente via aumento real dos salários mais baixos, a partir do salário mínimo; (5) reforma agrária acelerada, respeitadas as terras produtivamente exploradas; (6) não subordinação ao FMI e ao Primeiro Mundo em geral em matéria de política econômica; (7) política agrícola voltada para a produção de alimentos; (8) política de distribuição de alimentos visando erradicar a fome; (9) política de saúde garantindo assistência médica e hospitalar gratuita de boa qualidade para todos, sem exceção; (10) política educacional oferecendo educação gratuita e boa qualidade para todos, garantida às crianças pobres sua própria subsistência enquanto estudam.

Este é um programa mínimo, de caráter social-democrata, para o PMDB. Dado o aumento do poder de reivindicação das massas e a maior conscientização política da população, de um lado, e de outro, a existência de partidos de direita ocupando esse espaço, o PMDB só sobreviverá se adotar um programa dessa natureza. E em São Paulo a vitória nas eleições de novembro próximo dependerá de uma nitidez ideológica como esta. (*Folha de S.Paulo*, 21 de janeiro de 1986).

O ESTILO DE GOVERNO DE FRANCO MONTORO

Montoro inaugurou nestes três anos um novo estilo de governo que ainda não foi corretamente identificado e avaliado pela sociedade. Esse estilo de governo - radicalmente democrático e descentralizador - é ao mesmo tempo a causa básica dos êxitos objetivos do seu governo e da sua popularidade insatisfatória.

Um grande número de pessoas, que já teve a possibilidade de fazer uma avaliação da administração de Montoro, faz-me a seguinte pergunta: "Por que um governo tão bom como o de Montoro não é um governo popular?". A resposta mais simples que tenho para essa pergunta é a seguinte: "Porque a

população, acostumada com estilos autoritários de tomada de decisão, não está em condições de compreender que estão sendo introduzidas em São Paulo".

Para definir esse novo estilo de governo é preciso compará-lo com seu oposto: o estilo autoritário e personalista de administração que tem sido regra no Brasil e cuja representação caricatural está presente hoje na Prefeitura de São Paulo.

Estilo de governo é método de administrar, é forma de tomar decisões. Os aspectos ideológicos estão naturalmente interligados com o estilo de governo, mas não devem ser confundidos. Se administrar é tomar decisões, é fazer escolhas em situações de incerteza, o que interessa para definir o estilo de governo é saber como são tomadas essas decisões.

O novo estilo de governo de Montoro é um estilo (1) democrático ao invés de autoritário; (2) baseado na consulta e no consenso ao invés de personalista; (3) descentralizador, baseado na delegação de autoridade, ao invés de centralizador; (4) tolerante para com os erros e limitações dos colaboradores ao invés de atrabiliário.

Isto significa que as decisões mais importantes no governo Montoro resultam geralmente de um consenso, depois de várias reuniões, e que as decisões menos importantes são sistematicamente delegadas aos secretários e aos prefeitos. Isto significa que cada decisão é bem pensada, obtém o apoio dos participantes, e depois é implementada com mais eficiência. Ou então significa que a maior eficiência é alcançada devido à delegação da decisão para os níveis adequados.

Em qualquer das duas hipóteses - seja no caso de decisões mais importantes, baseadas na consulta, seja nas decisões menos importantes, sistematicamente delegadas - o resultado é sempre o mesmo: decisões melhores, mais corretas, que garantem maior eficiência ao governo.

Esta maior eficiência explica melhor porque, em obras físicas, o governo Montoro esteja fazendo em média mais do que o dobro do que fez o governo anterior em salas de aula, em centros de saúde, em quilômetros de estrada asfaltadas, em construção de sistema de transporte urbano. Explica também porque as finanças do Estado e das empresas públicas foram saneadas. Porque os índices de criminalidade começaram finalmente a baixar.

Mas explica também boa parte da relativa impopularidade do Governo Montoro. A população, acostumada com a forma autoritária, arbitrária, personalista, apressada, centralizadora de tomar decisões, tem dificuldade em aceitar esse novo estilo de governo. Confunde-se com fraqueza, com frouxidão, com incapacidade de o governador impor sua autoridade.

Diante dessa situação, talvez não reste outra alternativa para Montoro - que não pretende mudar seu estilo de governo - senão discutí-lo abertamente com seus eleitores. Montoro acredita firmemente que uma das funções fundamentais de um governo é mudar atitudes, é estimular novas soluções a serem adotadas diretamente pela população, é participar de uma pedagogia democrática, que afinal dê substância real à democracia brasileira. Seu estilo de governo é inovador para o Brasil. Para ser aceito será preciso que a própria população de São Paulo mude sua atitude em relação ao processo decisório no governo e compreenda a superioridade de um estilo democrático de tomar decisões. (*Folha de S.Paulo*, 28 de janeiro de 1986).

O NOVO MINISTÉRIO

O ministério que o Presidente Sarney acaba de formar está sendo acusado de excessivamente conservador. Na verdade, o que interessa saber é se este ministério é competente - se possível mais competente do que o anterior, formado por Tancredo Neves - e se será capaz de implementar uma política progressista de mudanças sociais com as quais a Aliança Democrática está comprometida desde que se formou em 1984. Para responder a estas duas questões não é uma análise das posições ideológicas dos ministros que entram que resolverá o problema, mas a prática do Governo como um todo.

A competência do Ministério, e mais amplamente do Governo, terá seu teste fundamental em sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico e uma crescente capacitação tecnológica do país, ao mesmo tempo que controla suas finanças internas e estabiliza a inflação. O mero teste de crescimento do PIB não é suficiente, porque pode ser um crescimento artificial, decorrente do desequilíbrio das finanças do Estado ou do endividamento do país, porque o crescimento do PIB pode coincidir com a fase de expansão do ciclo econômico, porque pode decorrer de mera utilização de capacidade ociosa.

A reforma tributária de dezembro e a negociação da dívida externa ainda em curso são os grandes trunfos do governo até o momento. A aceleração da inflação ocorrida no final de 1985 não decorreu de erros de política econômica mas da pressão social dos trabalhadores que não pôde ser contida e da elevação dos preços agrícolas em função da seca e do próprio aumento de salário.

O caráter progressista ou conservador do ministério definir-se-á pela maior ou menor ênfase que der às despesas sociais, pela política tributária e pela reforma agrária. Tanto em relação ao aumento da participação das despesas sociais no orçamento do Estado quanto em relação à reforma tributária, não é possível criticar o Governo. Os avanços foram ou estão sendo concretos. Apenas em relação à reforma agrária há ainda uma clara timidez, decorrente da reação dos médios e grandes agricultores, no início de 1985, a uma proposta de reforma do governo feita com inabilidade. É certo, entretanto, que não será possível uma reforma agrária que transforme as terras hoje improdutivas em propriedades familiares produtivas.

Não há nenhuma razão para acreditar que este novo ministério não seja capaz de continuar as mudanças iniciadas em 1985. Francisco Weffort fala que o que está ocorrendo é uma transição "pelo alto", que nada estaria mudando, ao invés de uma transição "por baixo", com base no povo.

A não ser que o líder do PT esteja pensando em uma revolução que liquidaria o sistema capitalista no Brasil, ou que tenha esquecido como funcionam as sociedades de classe, não faz sentido essa dicotomia. Em uma sociedade como a brasileira, qualquer processo de mudança social pacífica só é viável se a pressão das bases populares encontrar algum apoio nas classes dirigentes. A transição se faz, ao mesmo tempo, pelas bases e pelo alto, em um processo dialético que pode ser facilitado se o Governo for socialmente progressista, de centro-esquerda.

Os membros do governo, que geralmente pertencerão às classes dominantes e serão sempre parte da elite dirigente, serão progressistas na medida em que forem capazes de compreender que as mudanças sociais são hoje a prioridade número um deste país, inclusive para garantir a consolidação da democracia brasileira. Serão progressistas se garantirem o direito de reivindicação das classes populares e souberem atender - sem se perder no populismo irresponsável - as reivindicações viáveis. Serão progressistas se, através do aumento das despesas sociais (salários indiretos), da reforma tributária e da reforma agrária lograrem uma distribuição de renda menos desigual neste país.

É apressado afirmar que esse ministério é conservador e que nada mudará. Este é, sem dúvida, um ministério da confiança pessoal do Presidente Sarney. No seu primeiro ano de governo, Sarney revelou uma clara orientação progressista, uma objetiva preocupação com a justiça, não obstante os compromissos ou concessões inevitáveis e mesmo necessárias para um governo

que será sempre acusado de ser conservador por ser responsável pela ordem. Não há razão para se afirmar que essa orientação será mudada com o novo ministério. (*Folha de S.Paulo*, 18 de fevereiro de 1986).

O APOIO NECESSÁRIO AO CINEMA NACIONAL

Nos últimos quinze anos o Governo brasileiro teve um papel importante, através da Embrafilme, no sentido de promover o cinema brasileiro. O que o Estado garantiu aos cineastas brasileiros foi, basicamente: (1) reserva de mercado de 1/3 dos dias do ano; (2) financiamento parcial mas efetivo; e (3) sistema de distribuição razoavelmente eficiente. As duas últimas atividades foram realizadas pela Embrafilme; a primeira, garantida pela lei.

Por uma série de razões, entretanto, esse apoio ao cinema brasileiro esgotou suas possibilidades, na medida em que novos problemas surgiram. Chegou, portanto, o momento de o governo da Nova República, através de seu Ministério da Cultura, tomar medidas para dar um novo arranque à produção cinematográfica brasileira. E o ponto de partida dessa ação deve ser o relatório da Comissão de uma Política Nacional de Cinema, publicado no último domingo pela *Folha*.

Temos agora no Ministério da Cultura um grande intelectual, Celso Furtado, que em entrevista a este jornal se declarou favorável ao apoio do Estado ao cinema. E de fato o cinema é uma das atividades culturais mais importantes para uma nação. O cinema atinge um grande público e tem uma grande capacidade de expressão, na medida em que utiliza e sintetiza todas as demais artes: a literatura, a música, as artes plásticas. Através do cinema é possível definir a identidade nacional de um povo e desenvolver sua consciência crítica.

O relatório da Comissão criada pelo Ministério da Cultura é um documento da maior importância. Apresenta, entretanto, o defeito de um excesso de propostas, entre as quais um "programa quinquenal de investimentos envolvendo recursos do Tesouro, créditos e incentivos fiscais no valor de Cr\$ 5,7 trilhões". Seria preferível não ter especificado essa cifra, que é arbitrária e pode criar obstáculos para que os membros do governo leiam e considerem com a atenção merecida o Relatório.

A dificuldade do apoio do Estado ao cinema deriva de fato de o cinema ser, além de uma arte, um empreendimento comercial que envolve recursos relativamente grandes. Por essa segunda razão o subsídio direto a filmes comerciais de longa metragem, não obstante o valor artístico que possam ter, é um problema de difícil solução. Talvez a melhor idéia nesse sentido seja a defendida por um dos membros da comissão, o empresário Roberto D'Ultra Vaz, que, respeitando o caráter ao mesmo tempo industrial e semi-artesanal do cinema, propôs a criação de um incentivo fiscal apenas para as pessoas físicas que se decidam se associar a cineastas para a produção de filmes.

A função do Estado deve concentrar-se naqueles três pontos, mas precisa aprofundar-se nos termos sugeridos pelo Relatório. A reserva de mercado deve ser garantida pela definição oficial do que é filme nacional e estender-se para a televisão. O financiamento deve ser mais abundante e incluir os exibidores e os cineclubes. A distribuição precisa ser desenvolvida, de forma a garantir ao cinema brasileiro o efetivo acesso ao mercado. Conforme observa o Relatório, essa função deve desde já ser juridicamente distinguida das demais funções da Embrafilme, e a médio prazo deverá ser privatizada.

Entre as outras funções da Embrafilme, que são funções típicas de governo, é essencial de um lado a preservação da memória cinematográfica nacional, através da Cinemateca, e de outro a reativação de concursos de roteiros ou, mais amplamente, de projetos de filmes, que deixem prever boa qualidade artística e viabilidade comercial.

O fato concreto é que nos últimos dez anos - apesar da crise que está atravessando a indústria cinematográfica nacional, cuja expressão mais concreta é o fechamento das salas de cinema - o cinema brasileiro teve um grande desenvolvimento técnico e artístico, alcançou nível internacional, e ganhou o público interno, inclusive de elite, que perdeu grande parte do preconceito que tinha contra ele. É preciso, agora, encontrar formas de enfrentar essa crise e dar condições ao cinema brasileiro de continuar avançando. (*Folha de S.Paulo*, 25 de fevereiro de 1986).

DEFINIÇÃO IDEOLÓGICA VERSUS POPULISMO

Com o lançamento da candidatura de Antonio Ermírio de Moraes ao governo de São Paulo, o quadro ideológico que apresentava um vazio desde a desistência de Olavo Setúbal voltou a completar-se. Temos um candidato de esquerda, provavelmente Eduardo Suplicy, pelo PT; um candidato de centro-esquerda, Orestes Quércia, pelo PMDB; um candidato de centro-direita, Antonio Ermírio, ainda sem partido; e um candidato de direita, Paulo Maluf, pelo PDS.

A candidatura de Antonio Ermírio, entretanto, tem um traço populista, que pode provocar a perda de nitidez desse quadro ideológico. O populista caracteriza-se pela indefinição ideológica, pela adoção do nacionalismo e do desenvolvimentismo como elementos unificados da sociedade em substituição ao reconhecimento dos interesses divergentes das classes e portanto da divisão entre esquerda e direita, e pela tentativa de apelar diretamente ao povo transformado em massa sem a intermediação ideológica dos partidos políticos. Ora, a candidatura do empresário, independentemente de suas indiscutíveis qualidades pessoais, tem essas características. Antonio Ermírio não foi lançado por um partido, a partir da consulta às suas bases, não querendo compromissos de ordem partidária ou ideológica. Pretende o apoio de todos os partidos inclusive do PMDB, e na última semana recusava qualquer definição ideológica com a seguinte frase: "O Brasil é que conta em primeiro lugar e não a esquerda ou a direita".

Nesses termos, embora se trate de uma candidatura conservadora, esse seu caráter de centro-direita fica obscurecido pelo populismo nacional-burguês. E isto lhe possibilita atrair setores de centro-esquerda, que hoje hesitam entre votar em Quércia ou em Suplicy.

O caráter conservador da candidatura de Antonio Ermírio parte da própria condição do candidato de grande empresário, passa pela definição dos políticos de direita que articulam seu lançamento, demonstra-se pelo apoio decidido que vem recebendo de todos os setores mais conservadores do país, e confirma-se pela pesquisa publicada no último sábado na *Folha de S. Paulo*, onde se vê que, embora seja o terceiro na preferência do eleitorado da cidade de São Paulo (18% contra 23% de Quércia e 28% e Suplicy), é de longe o primeiro na preferência dos eleitores da classe A e de educação superior.

Entretanto, a perda de nitidez do quadro ideológico provocada pelas candidaturas de Antonio Ermírio, só poderá desaparecer se a candidatura de Orestes Quércia ganhar ela própria maior clareza ideológica. Sua candidatura é de centro-esquerda mais pela natureza do partido que o apóia do que pela própria definição ideológica do candidato. Quércia certamente não é um conservador, mas sempre procurou colocar-se o mais próximo possível do centro.

Resultou daí uma indefinição ideológica, que agora pode prejudicar sua candidatura.

Depois do lançamento da candidatura de Antonio Ermírio, o voto de direita voltou a ficar dividido entre ele e Paulo Maluf. Assim, a luta pelo voto de centro-esquerda, cujo peso é enorme em São Paulo, tornou-se decisiva. Orestes Quércia tem condições de denunciar o caráter conservador da candidatura do empresário e conseguir o apoio das forças democráticas de centro-esquerda que garantiram o processo de redemocratização do país. Para isso, entretanto, será necessário que, apoiado no PMDB, se defina com mais clareza, em relação aos grandes problemas nacionais, como um político de centro-esquerda, comprometido com mudanças sociais profundas na sociedade brasileira. O populismo pode beneficiar Antonio Ermírio, na medida em que sua proposta é apertidária, empresarial, nacional-burguesa; só poderá, entretanto, prejudicar Quércia, que foi lançado por um partido com vocação social-democrática e um longo passado de lutas contra o autoritarismo e o populismo. (*Folha de S. Paulo*, 25 de março de 1986).

O GRANDE INIMIGO DOS ESTADOS UNIDOS

Nada é mais representativo das contradições da sociedade norte-americana do que a atitude do Presidente Reagan em relação à Nicarágua. O pequeno país da América Central transformou-se no tema da imprensa, no inimigo público número 1. A grande democracia norte-americana está ou sente-se ameaçada. Para Reagan, que parece ter renunciado a qualquer compromisso com um mínimo de objetividade - ou estar "exagerando", segundo o *Time Magazine* - a Nicarágua é "o câncer do mundo ocidental", "a cabeça de ponte dos traficantes de drogas e dos contrabandistas", "o esconderijo de torturadores de sacerdotes e de incendiários de sinagogas", "um regime marxista-leninista", "uma nova Cuba".

A maioria dessas afirmações é rigorosamente falsa: outras só serão verdadeiras na medida em que os Estados Unidos, repetindo o erro que cometeu com Cuba em 1960 - denunciado e antecipado por Wright Mills no livro *Listen Yankee* -, insistir em continuar empurrando a Nicarágua em direção ao comunismo, apesar de toda a resistência da maioria de seus líderes em caminhar nessa direção.

Não há dúvida de que na Nicarágua há uma revolução socialista em marcha, mas só será comunista se a seus líderes não for deixada outra alternativa. Não existe ainda ali um regime comunista porque a propriedade privada dos meios de produção não foi abolida, porque não há um partido único, porque as eleições foram razoavelmente livres, conforme atestou uma comissão da mais importante associação norte-americana de professores universitários especializados na América Latina - a LASA, Latin America Studies Association.

A Nicarágua, entretanto, está sendo violentamente empurrada em direção ao comunismo na medida em que o governo dos Estados Unidos bloqueia a economia da Nicarágua e financia os "contras", que pretendem "defender a democracia", mas que na verdade são constituídos principalmente de mercenários disfarçados e ex-somozistas. E o sistema capitalista está sendo liquidado não devido principalmente à hostilidade do governo nicaraguense, mas porque os empresários nicaraguenses, que vêem na atitude do governo norte-americano a confirmação de seus temores, não investem e mudam-se para os Estados Unidos quando podem.

Por que a grande democracia norte-americana se deixa envolver em ações tão irracionais? Por que o Presidente Reagan, que é tão popular, se engaja em uma ação tão abertamente imperialista? Por que são agora os nicaraguenses - e não mais os chineses ou os soviéticos - os terríveis comunistas "que comem criancinhas"? É difícil dar resposta a essas questões. Quando a política se transforma em paixão e a paixão em irracionalidade aproximamo-nos dos regimes totalitários - e no entanto os Estados Unidos são, sem dúvida, uma democracia.

A escolha da Nicarágua como o inimigo público número 1, entretanto, não é mera irracionalidade. É também uma estratégia que talvez explique parte da popularidade de Reagan. Afinal nada é melhor do que um inimigo externo para unir uma nação internamente - ainda que perversamente. (*Folha de S.Paulo*, 8 de abril de 1986).

O PMDB DIANTE DA HEGEMONIA BURGUESA

É normal que nos momentos de transição de um pacto político para outro haja um substancial grau de confusão e de equívocos políticos. Isto já aconteceu quando, no início dos anos sessenta, entrou em colapso o pacto nacional-burguês ou populista. Repete-se agora quando a sociedade brasileira transita do pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista para um pacto democrático no qual a hegemonia política e ideológica pertence à burguesia industrial.

A burguesia industrial - ou os empresários industriais, como eles preferem ser chamados - vem ganhando força política no Brasil desde a Revolução de 1930. Participaram entre os anos 30 e os anos 50 de uma aliança de classes que se convencionou chamar de pacto populista, caracteriza-se pelo desenvolvimento nacional-burguês. Esgotado esse pacto, participaram do pacto tecnoburocrático-capitalista inaugurado em 1964 e encerrado em 1984.

Nesses cinqüenta anos, entretanto, embora a burguesia industrial fosse parte importante da classe dominante (ao lado da burguesia mercantil e mais recentemente da burguesia financeira e da tecnoburocracia civil e militar), jamais foi a classe dirigente por excelência. Beneficiou-se do Estado sem controlá-lo diretamente. A partir da Nova República, a burguesia industrial finalmente assume papel hegemônico. Deixa de ser apenas a principal fração da classe dominante para se tornar também a classe dirigente por excelência.

Embora repudiado por muito tempo por essa burguesia industrial, o MDB e depois o PMDB foi o veículo dessa tomada do poder da burguesia, na medida em que viabilizou a aliança das classes médias tecnoburocráticas ou assalariadas e dos trabalhadores com os empresários progressistas. Foi exatamente essa aliança que afinal viabilizou e redemocratização do país.

Alcançada a democracia, entretanto, o PMDB, ao mesmo tempo que assumiu o poder, começou a perder esse papel de intermediário ou ponto de confluência de empresários progressistas, classes médias assalariadas e trabalhadores. Uma parte dos trabalhadores e das classes médias tecnoburocráticas foram os primeiros a abandonar o barco do MDB para formar, no PT, o pólo à esquerda da luta de classes. Os empresários progressistas tentaram formar o PP, foram obrigados a voltar para o PMDB, mas, mais recentemente, insistem, a nível nacional, em caminhar para um partido conservador liberal, como o PFL, ou então em tentar lançar-se individualmente na política, como ocorre com Antonio Ermírio de Moraes.

Por outro lado, enquanto perde parte de sua ala esquerda para o PT e não consegue reter em suas fileiras os empresários industriais, que desejam um partido mais conservador, o PMDB continua sendo inchado por antigos

representantes da burguesia mercantil autoritária, que, até há pouco, estava na Arena ou no PDS.

O PMDB conserva, entretanto, um núcleo de centro-esquerda formado, no que diz respeito a São Paulo, por três grupos: (1) na capital, pela classe média assalariada, intelectualizada e progressista; (2) no interior, pela pequena e média burguesia progressista; (3) tanto na capital como no interior pelos trabalhadores ligados à CGT. E continua sendo, a partir de sua posição de centro-esquerda, social-democrática, a base do pacto popular democrático que está sendo implantado no país.

Seus líderes, seus candidatos, precisam ter bem claras essas características do PMDB e do momento de transição da sociedade brasileira, caso queiram estar à altura do momento presente. O PMDB precisa reconhecer a hegemonia ideológica e política da burguesia industrial, mas não pode se curvar a ela. Ou seus líderes se mostram capazes de servir de intermediários, de árbitros razoavelmente neutros, na luta de classes, a partir de uma plataforma democrática e progressista, ou o PMDB perderá sua razão de ser, e, em consequência, seus eleitores. (*Folha de S.Paulo*, 22 de abril de 1986).

ESQUERDA E DEMOCRACIA: AS TROCAS INEVITÁVEIS

Intelectuais democráticos de esquerda reuniram-se na semana passada no CEDEC, em São Paulo, para discutir o tema "A Esquerda e a Democracia". A *Folha*, em reportagem publicada no último domingo, informa que um dos pontos de partida da reunião foi o "paradoxo de Babbio": onde houve revolução, a liberdade política não foi preservada, e onde a liberdade política foi mantida, não houve revolução socialista.

Este paradoxo é realmente o problema central da Política e da Economia no mundo contemporâneo. Deveria ser completado por uma frase que está subentendida: onde não houve revolução socialista a redução das desigualdades econômicas e sociais, nos quadros de democracia liberal, ocorre de forma lenta.

Durante a reunião informa o repórter que "o respeito às liberdades foi a tônica de vários pronunciamentos". O que não é surpreendente dada a tradição de defesa da democracia dos participantes. Não obstante, vários dos participantes teriam insistido em recusar a via social-democrática, embora esta

via tenha sido adotada - formal ou informalmente - por todos os partidos socialistas europeus com algum significado político e pelo próprio Partido Comunista Italiano.

Se a revolução leva à ditadura e ao estabelecimento de uma sociedade estatal, em que a tecnoburocracia é a nova classe dominante, não resta outra alternativa senão alcançar o socialismo pela via democrática, através de reformas graduais. Esta é a via da social democracia ou do socialismo democrático, que parte do reconhecimento da hegemonia política e ideológica burguesa, mas admite que essa hegemonia possa ser vencida a médio prazo. Imaginar uma "terceira via" - nem revolucionária estatal, nem social-democrática, para alcançar o socialismo "revolucionária mas democraticamente", é mera utopia cuja inviabilidade a história tem se encarregado de demonstrar.

No mundo real as trocas entre objetivos ("trade-offs") são inevitáveis. Se a democracia é um valor inalienável, não é possível trocar democracia por maior igualdade. A maior igualdade, entretanto, é também um valor fundamental, incompatível com o capitalismo liberal. As social-democracias, por sua vez, têm demonstrado que, administrando e redirecionando o capitalismo, têm condições de alcançar gradualmente uma maior justiça social.

A troca, portanto, não pode ser feita entre democracia e ditadura para, via revolução, alcançar-se maior igualdade. A troca de quem não transige em seus valores democráticos só pode ser entre a justiça e o tempo. A estratégia política social-democrata - sempre apoiada na luta dos trabalhadores -, visa lograr, com a maior rapidez possível, mas sempre com uma rapidez menor do que a via revolucionária, uma igualdade social maior. (*Folha de S.Paulo*, 29 de abril de 1986).

CONSTITUIÇÃO SINTÉTICA E LEIS COMPLEMENTARES

O Congresso Constituinte que se reunirá no próximo ano tem duas alternativas: aprovar uma Constituição sintética, resumida, ou uma Constituição analítica, detalhista. Como existem grandes esperanças em relação ao trabalho da Constituinte, como há uma expectativa de que a nova Constituição estabeleça as bases de uma sociedade menos injusta neste país, o provável é que os constituintes queiram aprovar uma Constituição detalhista. Desejarão nessa

Constituição legislar sobre uma série de problemas específicos senão casuísticos, de forma a garantir certas conquistas sociais e políticas.

Ora, ao adotarem tal posição os constituintes estarão incorrendo em um grave erro. Na verdade, ao pretenderem ser progressistas estarão sendo conservadores, porque estarão imobilizando, cristalizando na Constituição algumas conquistas que agora podem parecer avançadas, mas que, daqui a dez anos, poderão ser retrógradas, poderão se constituir em um empecilho para novos avanços sociais e políticos reclamados pela população. Além disso, ao aprovarem uma Constituição detalhista, estarão aprovando uma Constituição pouco duradoura.

Por outro lado, uma Constituição sintética não permitirá grandes conquistas sociais e políticas. Deverá limitar-se a definir a organização básica do Estado e a reafirmar os direitos políticos e sociais dos cidadãos. E nesta área não deverá trazer grandes inovações. Provavelmente repetirá aproximadamente a Declaração dos Direitos do Homem aprovada pelas Nações Unidas em 1948. A única conquista importante que poderá conter será um capítulo em que, ao invés de limitar-se a defender os direitos do indivíduo contra o Estado, preocupe-se em defender a sociedade contra os indivíduos muito ambiciosos e contra as instituições privadas muito poderosas.

Define-se, assim, um impasse: uma Constituição detalhista permite avanços políticos e sociais agora, mas depois os cristaliza conservadoramente, ao exigir uma maioria de dois terços para ser emendada. Uma Constituição sintética, por sua vez, não permite que nela se incorporem os avanços sociais e políticos desejados agora.

A solução para esse impasse está em os Constituintes, logo no início do seu trabalho, definirem que aprovarão, conjuntamente, a Constituição e uma série de leis complementares nas quais os avanços sociais e políticos estejam consubstanciados. As leis complementares serão menos rígidas, já que poderão ser modificadas com maioria absoluta, ao invés da maioria de dois terços. As leis ordinárias continuarão a exigir maioria simples.

É essencial que essas leis complementares, entre as quais deveriam estar uma Lei do Sistema Tributário, uma lei do Sistema Orçamentário, um Lei do Sistema Eleitoral, e uma Lei sobre Assuntos Gerais (onde estariam todos os casos específicos sobre os quais se pretende legislar), fossem aprovadas conjuntamente com a Constituição. E que fossem, portanto, consideradas como parte integrante da Constituição de forma que uma lei complementar não poderia ser considerada inconstitucional por apresentar uma eventual contradição com um princípio constitucional.

Na prática, teríamos assim uma Constituição sintética, que só poderia ser modificada por maioria de dois terços, e, ao mesmo tempo, uma Constituição

analítica, mais flexível que poderia ser modificada por maioria absoluta. Garantir-se-ia, desta forma, um sistema institucional básico estável e, ao mesmo tempo, compatível com um processo permanente e necessário de mudança social e política. (*Folha de S.Paulo*, 20 de maio de 1986).

DISCURSO LIBERAL PRIMEIRO MUNDISTA

O Conselho das Américas, organização norte-americana que visa aproximar os Estados Unidos da América Latina e cooperar para o desenvolvimento desta região, encarregou quatro especialistas latino-americanos de preparar um documento contendo análises e propostas para a superação da atual crise da América Latina. O documento, *Towards a New Development Strategy in Latin America*, cuja primeira versão acabou de ficar pronta, é um excelente exemplo do pensamento liberal-conservador primeiro-mundista que as classes dominantes norte-americanas buscam transmitir ao Terceiro Mundo. E na verdade pouco ou nada difere das propostas de ajustamento do Fundo Monetário Internacional. ^

Nem tudo, naturalmente, deve ser criticado. A proposta de orientar as economias latino-americanas para a exportação e torná-las competitivas internacionalmente na área de manufaturas está correta. A preocupação em não discriminar contra os investimentos das empresas multinacionais também é louvável, embora já aqui seus autores devessem lembrar que, se os Estados Nacionais latino-americanos devem estimular investimentos diretos, têm também o direito e o dever de estabelecer algumas limitações a esses investimentos.

O caráter privatizante do documento é claramente condicionado por fortes vieses ideológicos. Não há dúvida que as atividades do estado produtor devem agora ser limitadas naqueles países, como o Brasil, em que as empresas estatais já ocuparam o espaço que era necessário ocupar, mas não há razão alguma para impedir a ação do estado regulador, promotor do desenvolvimento e da distribuição da renda através de políticas macro e microeconômicas.

Não há dúvida que essa intervenção, quando mal conduzida, quando baseada em subsídios indiscriminados e tabelamentos arbitrários, provoca distorções graves nos preços relativos. Em economia não é prudente desrespeitar a lei do valor. Mas a idéia de que o mercado seja sempre mais

competente para coordenar a economia tem sido insistentemente desmentida pelos fatos.

A adoção de uma taxa de câmbio agressiva (desvalorizada) para estimular as exportações e desestimular as importações é corretíssima, como é também acertada a proposta de que os países latino-americanos comecem a reduzir suas tarifas alfandegárias para aumentar a competitividade. Essa redução, entretanto deve ser lenta, cautelosa e limitada aos países mais avançados industrialmente.

A proposta de aumentar os impostos indiretos (que reduziram o consumo) e reduzir os diretos (que desestimulariam os investimentos) é um absurdo, que mostra o decidido viés do documento contra os trabalhadores e a favor dos empresários. Os países capitalistas centrais fizeram exatamente o oposto, e assim, distribuíram a renda.

Há uma correta preocupação de que os juros reais não sejam negativos, como freqüentemente ocorreu no passado, nem excessivamente altos, como ocorre hoje.

Em matéria de inflação reconheceu-se o êxito do Brasil e da Argentina com os choques heterodoxos, mas insiste-se que o déficit público é sempre a causa fundamental da inflação, quando sabemos que muitas vezes isto não é verdade.

Finalmente, no capítulo da dívida externa, o documento propõe reescalonamento das dívidas e novos empréstimos pelo FMI ou pelo Banco Mundial, mas estabelece condições para os empréstimos sem qualquer originalidade, nos termos clássicos do FMI: " taxa de câmbio realista, liberação de importações, redução do déficit público, diminuição do financiamento do déficit por emissões, promoção de exportações, encorajamento de poupanças, luta contra a inflação".

Como se vê, este documento nada inova. Repete um velho discurso liberal, conservador, primeiro-mundista. Um discurso que, ainda que possa ser aceito em muitos pontos, no seu todo tem causado mais males do que benefícios à América Latina. (*Folha de S.Paulo*, 3 de junho de 1986, publicado com o título "Discurso Liberal").

A AMEAÇA MALUF

O crescimento da candidatura de Paulo Maluf para o governo de São Paulo recoloca o problema do autoritarismo e da consolidação da democracia no Brasil. Ainda que esse crescimento não esteja confirmado, vemos com frequência nos jornais afirmações de políticos, inclusive dos outros três candidatos, de que a candidatura Maluf cresceu no último mês e constitui-se hoje em uma real ameaça.

A notícia surpreende muita gente. Afinal o candidato do PDS era há dois anos atrás o inimigo público número um. Realizou um governo lastimável em São Paulo; desmoralizou a administração pública, deixando deteriorar-se os serviços de segurança, saúde e educação; levou as empresas estatais ao empreguismo e ao déficit; suas "grandes obras" foram a Paulipetro, onde foram enterrados 500 milhões de dólares, e a Rodovia dos Trabalhadores, de duvidosa prioridade, cujo custo muito superior a rodovias equivalentes só pode ser explicado por um monumental desvio de dinheiros públicos.

Derrotado fragorosamente o seu candidato ao governo do Estado, em 1982, por Franco Montoro, conseguiu ainda ser o candidato do PDS à Presidência da República. Sua vitória, que estava em princípio assegurada pela maioria do PDS no Colégio Eleitoral, só lhe escapou das mãos porque a indignação do povo e da sociedade civil - expressa na campanha pelas eleições diretas - levou o PDS a dividir-se, com a formação da Frente Liberal e, em seguida, da Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves e José Sarney.

Um personagem tão execrado já deveria há muito ter desaparecido da vida pública. Ou ter ficado confinado a um nicho muito limitado de seguidores fiéis. E no entanto não é isto o que está acontecendo. As pesquisas indicam que, embora ele seja o candidato no qual mais da metade do eleitorado jamais votaria, não obstante isso, ele poderá obter entre um quinto e um quarto dos votos - o que poderá eventualmente ser suficiente para elegê-lo governador, dada a escandalosa inexistência de dois turnos.

Esse apoio que Paulo Maluf vem recebendo não é, entretanto, tão surpreendente. Ele é o único candidato decididamente de direita disponível. Em consequência, toda a direita tende a caminhar em sua direção. Mais importante, entretanto, é o fato de que ele é o candidato autoritário por excelência ao governo do Estado. Embora nada tenha feito pela segurança em seu governo e embora suas obras tenham sido poucas e caríssimas, suas duas mensagens básicas são as metas clássicas do autoritarismo brasileiro: segurança e desenvolvimento (grandes obras).

Ora, se esse autoritarismo foi formalmente derrotado em 1984 isto não significa que ele tenha desaparecido. A sociedade brasileira continua

profundamente marcada pelo autoritarismo. A todo instante vemos pessoas dispostas a sacrificar a democracia e a liberdade a um grau mais de segurança, de ordem, de desenvolvimento (se forem de direita), ou a um grau maior de igualdade (se forem de esquerda).

Paulo Maluf se apóia nesse autoritarismo de direita, que ele explora através de clássicas manobras populistas. Tenho esperança de que os políticos e o eleitorado paulista já tenham suficiente maturidade para defender o país dessa ameaça. O oportunismo de alguns políticos e a timidez do Tribunal Superior Eleitoral impediram que tivéssemos dois turnos. Será preciso encontrar novas formas para consolidarmos a democracia neste país diante da ameaça representada por Maluf. (*Folha de S.Paulo*, 10 de junho de 1986).

O DÉFICIT PÚBLICO DEPOIS DO CRUZADO

É claro que não aceitei o convite para escrever este artigo para fazer uma defesa populista do déficit público. E é óbvio que o ideal seria termos uma economia em permanente equilíbrio: receita pública igual à despesa, poupança privada igual ao investimento privado, exportações iguais às importações, inflação zero, dívida pública zero, dívida externa zero, moeda crescendo à mesma taxa do produto. Mas qualquer pessoa com um mínimo de bom senso sabe que esse mundo ideal, não existe, não pode existir e afinal talvez não seja desejável. Se os monetaristas só sabem pensar em termos desse mundo ideal é porque seu raciocínio é linear, lógico-formal, idealista, conservador.

No mundo real o déficit público pode ser ou um mal ou uma necessidade do sistema econômico. Em certos momentos, quando o investimento é igual à poupança privada, o déficit público provoca excesso de demanda e se transforma em fator acelerador da inflação. Não há, entretanto, razão alguma para imaginar, muito menos para aceitar como pressuposto, que o setor privado esteja sempre em equilíbrio, e que qualquer déficit público provoca excesso de demanda. Keynes e antes dele Marx demonstraram há muito tempo que a situação inversa é a mais freqüente. Que no capitalismo a insuficiência de demanda, ou seja, que a poupança planejada maior do que o investimento, é a situação normal. Ora, nessas circunstâncias, o déficit público, ao invés de ser desequilíbrio, é o elemento equilibrador do sistema, é o fator que ajusta a demanda à oferta agregada.

O déficit público não é portanto, necessariamente, um fator acelerador da inflação. Só o será nos raros momentos que chegamos ao pleno emprego e à plena capacidade. Nesse momento do ciclo econômico o déficit público provocará o clássico choque de demanda, pressionará salários reais e margens de lucros para cima, e será um fator acelerador da inflação.

Na maioria das vezes, entretanto, o déficit público será um mero elemento equilibrador do sistema. É geralmente um fator equilibrador insuficiente, como aconteceu nos últimos anos, em que o déficit público convivia com altas taxas de desemprego e capacidade ociosa, ou seja, com excesso de poupança em relação ao investimento privado, e com elevadas taxas de inflação inercial, cujos períodos de aceleração eram devidos antes a choques de oferta do que a choques de demanda.

É claro que mesmo nestes casos é preciso limitar o déficit público, porque déficit significa endividamento - a não ser que seja perversamente financiado por emissões - e o endividamento obriga o Estado a pagar juros (que vão fazer parte do déficit) cada vez maiores. Daí, entretanto, para considerá-lo "a causa estrutural" ou "a causa fundamental" da inflação é um salto muito grande.

Mas no momento atual, quando estamos claramente em uma situação de pleno emprego e de excesso de demanda, não será o déficit público o fator de aceleração inflacionária? Não. Definitivamente não. Porque não é o déficit o fato novo que está provocando o atual excesso de demanda. O déficit público já existia; os fatos novos são: (1) a ilusão monetária dos consumidores causada pelo Plano Cruzado e (2) o aumento de renda real das empresas e dos consumidores causado (2.1) por aumentos reais de salários devido à não utilização da fórmula de conversão dos salários de cruzeiros em cruzados por muitas empresas, (2.2) pela transferência real do setor financeiro para empresas e consumidores provocada pela eliminação da inflação inercial e (2.3) pelo contínuo aumento das exportações (o qual, aliás, demonstra que a pressão de demanda interna não é tão grande assim).

Mas mesmo não sendo o fato novo, não seria o caso de determinar um violento corte das despesas sociais e dos investimentos públicos para controlar a atual pressão de demanda? Não seria o caso, como propõem alguns monetaristas empedernidos, de se voltar à recessão para evitar o perigo do ressurgimento inflacionário? Definitivamente não. Primeiro, a ilusão monetária dos consumidores logo terminará. Segundo, porque uma demanda sustentada é a garantia da retomada dos investimentos privados, essencial ao desenvolvimento do país. Terceiro, porque o crescimento da produtividade e da renda é a forma de resolver positivamente os conflitos distributivos - ou mais precisamente as incompatibilidades distributivas - originados do congelamento geral dos preços no dia 28 de fevereiro; em uma recessão a solução dos conflitos derivados dos desequilíbrios nos preços relativos seria muito mais difícil. Em resumo, porque, neste período de transição, em que os preços estão congelados, uma pressão de

demanda é um bem e não um mal: estimula os investimento e facilita o equilíbrio sem traumas dos preços relativos.

Não há dúvida de que o governo precisa ficar atento, resistir às pressões populistas e tratar de reduzir paulatinamente o déficit público à medida em que crescem os investimentos privados. A perspectiva de um déficit público operacional (aumento das necessidades de financiamento do setor público) de 5,4% do PIB é preocupante. Mas não deixa de ser estranho que, logo após o êxito histórico da teoria econômica neo-estruturalista que foi o Plano Cruzado, os economistas ortodoxos, com suas velhas receitas, voltem a ser ouvidos com atenção. Ou melhor, não é tão estranho assim. O monetarismo, não obstante toda a sua sofisticação teórica, é afinal uma mera ideologia conservadora de um capitalismo míope. Ora, para as ideologias haverá sempre ouvidos atentos, por mais irracionais que elas sejam. (*Folha de S.Paulo*, 14 de junho de 1986).

O ACORDO POSSÍVEL

A pesquisa da *Folha* que apontou o Sr. Paulo Maluf como primeiro colocado na disputa pelo governo de São Paulo deixou todos aqueles que lutam pela democracia, pela moralidade pública e por uma sociedade mais justa preocupados e surpresos. E levou os políticos e jornalistas a voltarem a falar com insistência na necessidade de um grande acordo democrático para evitar que este Estado seja novamente vítima da desmoralização e do retrocesso.

Ora, a surpresa é im procedente; a preocupação, legítima; e as propostas de acordo, nos termos que estão sendo formuladas, são difíceis, embora um acordo imediato seja possível e necessário.

O crescimento da candidatura de Maluf não é surpreendente por suas razões: porque ele contou no último mês com um extraordinário esforço de propaganda e - o que é mais importante - porque sua "mensagem" responde a anseios e aspirações de uma parte minoritária mas significativa da sociedade brasileira. O autoritarismo não é apenas de Maluf, é também de parte da sociedade; o radicalismo de direita, individualista, anti-social, não é apenas de Maluf, é também parte da sociedade; a desonestidade, o desejo do ganho fácil, não podem ser apenas atribuídos a Maluf, porque estão também entranhados em amplos setores da sociedade.

A preocupação, no entanto, é legítima. E é preciso que os políticos que tanto lutaram pela redemocratização do país pensem como reagir e afinal impor a vontade da maioria. Mas nesse campo é fundamental não ser apressado.

Em primeiro lugar é muito cedo para imaginar que Paulo Maluf conserve o primeiro lugar até o final. Ele gastou seus trunfos publicitários agora, enquanto os outros candidatos estão apenas começando seus esforços. Quércia é vítima de um preconceito cultural elitista; Ermírio sensibilizou as elites mas não chega ao povo; Suplicy é penalizado pelo radicalismo irresponsável que caracteriza muitas vezes seu partido. Mas um desses candidatos poderá despontar em primeiro lugar nos próximos meses.

Por isso é inútil propor a qualquer um dos três que retire agora sua candidatura. Não retirarão, pois não têm razão para desistir. Quércia sofreu um declínio na pesquisa da *Folha*, mas se apresenta ascendente e em primeiro lugar na pesquisa Gallup realizada duas semanas antes; tem a seu favor o apoio de um grande partido; tem a maioria do Interior e não há nada que o impeça de afinal sensibilizar a Capital. Antonio Ermírio, que cresceu muito quando sua candidatura foi lançada, realmente perdeu fôlego; afinal a novidade que representava não era tão grande assim; mas não é impossível que sua candidatura volte a ganhar força. E mesmo Eduardo Suplicy não pode ser descartado; possui carisma pessoal, e se souber controlar o partido que o apóia, não é impossível uma surpresa por esse lado.

Entretanto, se é apressado falar em retirada de candidaturas, é urgente que os três candidatos democráticos façam um acordo para restabelecer, na prática, os dois turnos que nos foram roubados pelo oportunismo do PFL - e de alguns políticos do PMDB. Caso, um mês antes das eleições, Maluf esteja em primeiro lugar ou em segundo, de acordo com as pesquisas da *Folha* e de outros institutos de pesquisa escolhido, o terceiro e quarto colocados desistiriam em favor do segundo ou do primeiro colocado. Esse é o acordo possível, ainda que difícil devido à ambição e à ilusão que atacam os candidatos nas vésperas das eleições. Mas é imperativo para os verdadeiros homens públicos. (*Folha de S.Paulo*, 17 de junho de 1986).

AS ADVERTÊNCIAS DE MAQUIAVEL

A liberdade de uma República - a sua não submissão a colonizadores estrangeiros ou a tiranos internos - é o grande objetivo da ação política dos homens dotados de *virtú*. Assim pensava Maquiavel, e todo o objetivo de seus escritos, de O Príncipe e principalmente dos Discursos sobre os romanos, foi o de advertir os governantes de sua Florença contra os riscos que corria sua liberdade e que afinal a levaram a perdê-la para a tirania dos Medicis.

Existe uma visão vulgar ou moralista sobre Maquiavel, que, identificando-o com a idéia de que os fins justificam os meios, pretende reduzir sua contribuição a uma série de conselhos amorais ao Príncipe para que este conservasse o poder a qualquer custo. Na verdade Maquiavel estava preocupado em defender a liberdade de Florença contra a tirania. Para o humanista que ele era, a liberdade de uma República só poderia ser lograda se ela fosse capaz de conservar a *virtú*, o civismo de seus cidadãos e, principalmente, de seus dirigentes. Só assim a República poderia alcançar a grandeza e a liberdade.

Para uma República que recém conquistou a liberdade, Maquiavel vê muitos perigos. Entre esses perigos, três são para ele essenciais: (1) a excessiva ambição dos cidadãos muito poderosos, que formam um partido baseado na lealdade a si mesmos e não na busca do bem comum; (2) o ressentimento daqueles que se beneficiavam do regime tirânico anterior; e (3) a tendência das democracias de permitir que seus cidadãos mais ilustres sejam injuriados e difamados.

Quando estes três perigos se somam e quando a República não tem meios para se defender, quando seus cidadãos com verdadeiro espírito não são capazes de se unir em defesa da liberdade e da justiça, é possível que ela sucumba.

O ressentimento dos homens ambiciosos e imorais que perderam o poder é uma força poderosa. Sua capacidade de corromper, de mentir e de caluniar os homens honrados é terrível. Segundo Maquiavel, "para que um cidadão possa fazer dano ao Estado, usurpando um poder extraordinário, é preciso o concurso de numerosas circunstâncias... É preciso que ele seja extremamente rico, e que tenha um grande número de amigos e clientes... Supondo que tal cidadão existisse, seria extraordinário que pudesse obter os votos do povo" (Discursos, Livro I, capítulo 34).

Estas palavras e estas advertências de Maquiavel devem ser profundamente meditadas por todos os cidadãos e particularmente por todos os homens públicos deste país. O Sr. Paulo Maluf é candidato ao governo de São Paulo. Maquiavel não pensava nele, mas em Cosimo de Medici que, apoiado

pelas forças do rei da Espanha, acabou por submeter Florença à pior das tiranias. A analogia, entretanto, é inescapável. (*Folha de S.Paulo*, 24 de junho de 1986).

QUÉRCIA CANDIDATO

A escolha de Orestes Quércia como candidato do PMDB ao governo de São Paulo na convenção do último domingo põe um ponto final nas especulações sobre a eventualidade de um terceiro candidato para unir o "arco democrático". O PMDB deu uma demonstração de união em torno de seu candidato, e agora deverá caminhar firme com Orestes Quércia até as eleições de 15 de novembro.

Desde as eleições para a Prefeitura em 1985, quando os setores mais progressistas e intelectualizados do PMDB foram derrotados, havia ficado claro que Quércia seria o provável candidato do partido. O Governador Franco Montoro percebeu este fato com rapidez e manteve uma atitude de neutralidade que, sabia, favoreceria Quércia. Uma vez indicado Quércia pela Executiva e pelo Diretório do PMDB, o governador tornou mais explícito seu apoio ao candidato.

Em todo esse período, a única possibilidade de Quércia não ser escolhido candidato seria a de apresentar resultados muito desfavoráveis nas pesquisas eleitorais. Foi essa hipótese que levou alguns setores do partido a imaginar a possibilidade de que Almir Pazzianotto, Mário Covas e finalmente Ulysses Guimarães pudessem ser o candidato. Depois da última pesquisa da *Folha*, na qual Paulo Maluf apareceu em primeiro lugar, com 27%, Antonio Ermírio e Orestes Quércia empatados em segundo, com 21% e 20%, ressurgiu com força a idéia de que era preciso a união dos dois candidatos de centro - um de centro-direita e outro de centro-esquerda - em torno de um terceiro nome.

Quércia, entretanto, resistiu firme a essa alternativa, usando o argumento correto de que em todas as pesquisas ele sempre apareceu em primeiro lugar entre os candidatos do PMDB. Por outro lado, não há dúvida que Quércia, em todo o processo que o levou afinal à vitória na convenção, revelou vontade firme e indiscutível capacidade de liderança. Uma liderança que, ao contrário do que afirmam seus críticos, ele construiu no partido sem recorrer ao clientelismo. Sua liderança se baseia em uma grande identificação com a média

do partido, em uma indiscutível capacidade de ouvir e dialogar, e principalmente na capacidade de arbitrar interesses conflitantes.

Esta última qualidade revelou-se na composição da chapa majoritária. Os dois candidatos ao Senado, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, não pertencem ao seu grupo, mas tiveram todo o seu apoio. Quércia conseguiu inclusive a retirada do terceiro candidato, Almino Afonso, que aceitou a candidatura à vice-governança. E dessa forma compôs uma chapa majoritária forte e equilibrada, onde estão representadas as principais lideranças do partido, além de ter logrado evitar o recurso ao mecanismo desagregador da sublegenda.

A grande expectativa, agora, é que Quércia obtenha o apoio de Antonio Ermírio. A recíproca não é provável, não apenas devido à força do PMDB como partido, mas também porque a última pesquisa do IBOPE, enquanto revelava Quércia subindo (em relação à pesquisa da *Folha*) de 20 para 23%, revelava Antonio Ermírio caindo de 21 para 16%. Isto significa que o eleitorado de centro-direita e de centro-esquerda já começou a pender claramente na direção de Quércia. Antonio Ermírio ainda deverá fazer um último esforço para reverter essa tendência, mas, não o conseguindo, teremos a polarização do pleito entre Quércia e Maluf. E nesse momento os democratas deste estado não terão outra opção senão apoiar e votar no candidato no PMDB. (*Folha de S.Paulo*, 8 de julho de 1986).

DISCURSOS SOBRE A SEGURANÇA

Existe um discurso autoritário e de direita sobre a segurança, que pretende resolver os problemas de violência com mais violência - com a pena de morte, a tortura, o esquadrão da morte, o total desrespeito aos direitos humanos de criminosos ou eventuais criminosos. Mas existe também um discurso romântico e de esquerda sobre a violência, que considera a segurança um problema principalmente dos ricos que desejam se defender dos oprimidos, que condiciona a solução dos problemas de segurança à solução das desigualdades sociais, que considera a polícia sempre autoritária e corrupta, que imagina que basta moralizar a polícia e educar os criminosos para resolver todos os problemas.

O discurso autoritário, utilizado exaustivamente no Brasil durante tantos anos, é injusto, arbitrário - e ineficiente porque desmoraliza a polícia. O discurso romântico, embora baseado em observações gerais corretas sobre o funcionamento das sociedades capitalistas, e não obstante seja pleno de boas intenções, é também ineficiente porque ignora os principais prejudicados com a falta de segurança que são os pobres, as mulheres, os mais fracos, porque não compreende e não respeita a natureza contraditória da corporação policial, porque é otimista ou ingênuo em relação à ação e à possibilidade de recuperação dos criminosos.

Para um governo democrático e progressista encontrar o justo caminho entre essas duas posições polares é extremamente difícil. Não há dúvida que o fim último da política, ou mais amplamente, do sistema repressivo é garantir as relações de produção dominantes, vale dizer, do capitalismo. Mas no curto prazo, no dia a dia, os ricos estão protegidos por guardas particulares, por automóveis que os deixam dentro de suas garagens, enquanto os pobres estão sendo roubados, furtados, estuprados, assassinados quando caminham desprotegidos pelas ruas. Não há dúvida de que se a desigualdade social fosse menor, o número de crimes seria muito menor. Mas é inviável esperar a solução do problema social para reduzir a insegurança dos cidadãos.

No curto prazo a estratégia fundamental para combater a violência e aumentar a segurança está, de um lado, em prestigiar e aumentar o contingente policial preventivo; está em colocar a polícia na rua com autoridade, e em aumentar o número de celas onde os criminosos possam ser recolhidos. De outro lado, está em limitar os eventuais abusos de autoridade que esta polícia possa cometer, utilizando para isso freios de caráter administrativo e o próprio poder judiciário. Em certos momentos, como no incidente de Leme, alguns policiais, provocados e sob estado de tensão, se excedem. É preciso puni-los. Nenhuma provocação justifica o uso de armas de fogo contra os manifestantes. Mas é essencial não confundir os policiais criminosos com a instituição policial. Esta precisa ser prestigiada para que possa realizar seu trabalho.

Considerar a polícia essencialmente corrupta ou essencialmente autoritária, e pretender reformá-la de alto a baixo, como faz a esquerda romântica, é um enorme equívoco. Há corruptos e há autoritários na polícia, mas generalizar essa afirmação, além de ser injusto, é contraproducente porque leva à paralisação da própria ação policial.

A tarefa da polícia civil ou militar é extremamente difícil. Ela deve manter a ordem, cumprir a lei, conter a violência, prender os criminosos. Nem sempre cada policial consegue realizar sua tarefa com a competência, com a serenidade, com a isenção e mesmo com a honradez exigidas. Mas se a polícia não for respeitada e prestigiada enquanto corporação, ao mesmo tempo que é

constantemente aperfeiçoada, ela não poderá realizar seu trabalho, e não será possível aumentar a segurança dos cidadãos. (*Folha de S.Paulo*, 22 de julho de 1986).

HEGEMONIA BURGUESA E SOCIAL DEMOCRACIA

A compreensão do Brasil dos anos oitenta só será possível desde que se parta da constatação da ampla hegemonia burguesa - da predominância econômica e política do modo especificamente capitalista de produção, na qual a burguesia industrial se torna a fração dominantes.

Nos anos cinqüenta, quando os intelectuais nacional-desenvolvimentistas anunciavam essa hegemonia, ela era na realidade um projeto. Nos anos oitenta - depois do hiato autoritário durante o qual a burguesia se apoiou na tecnoburocracia civil e militar para se consolidar - essa mesma hegemonia tornou-se realidade.

As evidências da hegemonia burguesa são inúmeras. A própria transição para a democracia foi seu fruto, foi o resultado da adesão dos empresários, por volta de 1977, à causa da democracia, aliando-se aos setores progressistas que sempre haviam lutado contra o autoritarismo. Foi esse o fato novo que possibilitou a redemocratização, mas também foi isto que permitiu que a transição fosse conservadora, que as mudanças econômicas e sociais fossem limitadas.

Há evidências caricaturais dessa hegemonia burguesa, como, por exemplo, o fato de que os quatro candidatos ao governo de São Paulo sejam diretamente ligados à burguesia: três deles, à burguesia industrial, e um, à pequena burguesia comercial. Antonio Ermírio é o mais importante empresário industrial do Brasil; Paulo Maluf é filho e irmão de empresário industrial; Eduardo Matarazzo Suplicy, embora um intelectual, descende da mais tradicional família empresarial do Brasil; Orestes Quêrcia, sendo antes de mais nada um político, é também um pequeno empresário.

Nos anos trinta, quando se tratava de assegurar a industrialização do Brasil, ou nos anos cinqüenta, quando era preciso consolidá-la, ou ainda no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, quando havia o objetivo comum da redemocratização, a aliança dos setores de esquerda e progressista com a

burguesia industrial era um fato natural. Na segunda metade dos anos oitenta, entretanto, quando a industrialização já está consolidada, quando a redemocratização já foi alcançada, esta aliança torna-se muito menos óbvia.

A situação dos grupos progressistas e de esquerda torna-se então extremamente difícil. Já não têm mais razões claras para justificar uma aliança com a classe hegemônica, as relações de conflito tornam-se mais naturais do que as relações de cooperação, mas há a percepção de que o conflito apresenta perspectivas de êxito, dada a ampla hegemonia burguesa.

Os países capitalistas centrais encontraram-se nesta situação no passado. E a solução que afinal os setores de esquerda e progressistas encontraram foi a da social-democracia, através da qual se aliaram aos trabalhadores e aos setores mais progressistas da burguesia para tentar administrar com mais competência e com mais justiça o sistema capitalista dominante. A social-democracia ou o socialismo democrático reformista é, portanto, historicamente, a manifestação político-partidária de esquerda voltada para o exercício efetivo do poder que surge depois que a burguesia industrial se torna a classe hegemônica. Nesse momento o modo especificamente capitalista de produção, baseado na apropriação do excedente via mais valia relativa, ou seja, via sistemática incorporação de progresso técnico, torna-se dominante. O desenvolvimento econômico torna-se intrínseco ao sistema econômico, permitindo que a esquerda se preocupe com a distribuição dos frutos desse desenvolvimento.

O drama ou a contradição da social-democracia - ou seja, de todos os grupos de esquerda que buscam assumir o poder através de eleições em uma formação social predominantemente capitalista - é o fato de que, no plano político, quando chega ao poder, ela se torna responsável pela ordem, pela segurança pública, e no plano econômico, deve demonstrar que é capaz de distribuir renda e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento econômico, administrando o capitalismo de maneira mais eficiente que os próprios capitalistas.

Para realizar essa tarefa de governo, os social-democratas são imediatamente obrigados a fazer alianças e compromissos com a ordem estabelecida, com a burguesia. O PMDB progressista no governo de São Paulo, por exemplo, é obrigado a impedir os piquetes violentos; o Prefeito de Diadema, eleito pelo PT, por sua vez, é levado a solicitar a intervenção da polícia para expulsar famílias que invadiram um terreno municipal. Em consequência, a esquerda, que é ou se diz revolucionária, acusa imediatamente os reformistas social-democratas ou socialistas-democratas de traidores. Na verdade, em uma sociedade em que a classe dominante é a burguesia, em que a hegemonia ideológica é burguesa, é impossível governar sem a participação dessa burguesia. E em qualquer tipo de regime social é impossível governar sem um mínimo de ordem.

No Brasil ainda não se formou um partido verdadeiramente social-democrata. O PMDB, seja por suas origens liberais, seja por ter sido inchado depois que chegou ao poder, tende a ficar à direita do socialismo democrático. Seus progressistas são social-democratas. O PDT é antes de mais nada um partido populista. Os PCs não podem ser social-democratas por preconceitos históricos. O PT ainda não encontrou sua identidade. Há toda uma intelectualidade tipicamente social-democrata nesse partido, mas há também muito obreirismo e várias formas de radicalismo incompatíveis com o exercício do poder.

Não há dúvida, entretanto, que existe espaço para um partido social-democrata no Brasil. Se o PMDB não conseguir assumir esse papel, o mais provável é que, depois das eleições de novembro próximo, a esquerda democrática do PMDB se una a setores democráticos do PDT e do PT para formar esse partido. Se isto não ocorrer - como não ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos - será sinal de que a hegemonia burguesa no Brasil é total. (*Folha de S.Paulo*, 25 de julho de 1986).

UMA DEFINIÇÃO PARA O PMDB

O PMDB realiza na próxima semana, em Brasília, seu primeiro Congresso. Em um país em que não há tradição de congressos, mas de convenções onde se escolhem candidatos ou aprovam-se estatutos e regimentos, é auspicioso que o PMDB realize um congresso onde apenas serão discutidas idéias. Mas se o PMDB sair deste congresso tão indefinido ideologicamente quanto está hoje, teria sido melhor não realizá-lo.

A simples realização do Congresso mostra que existe em todo o partido uma grande necessidade de uma definição ideológica mais clara. Que não basta mais declarar que o partido é o favor da democracia, de mudanças sociais e de um desenvolvimento nacional independentes. Afinal, com maior ou menor ênfase, todos os partidos afirmarão a mesma coisa.

O PMDB pode ser um "ônibus", na expressão feliz de Fernando Henrique Cardoso. Pode abrigar muitas tendências. Como partido de massa, deve cobrir um espectro ideológico amplo. Mas necessita de um vetor ideológico, de uma visão global e coerente da sociedade que seja dominante embora não exclusiva.

É inútil imaginar que se possa definir esse vetor utilizando-se apenas parâmetros nacionais. É essencial, para que essa definição se realize, relacionar o PMDB com movimentos ideológicos e políticos universais. O caso brasileiro tem, naturalmente, especificidades, mas essas especificidades não podem ser desculpa para se evitar uma definição ideológica mais precisa, necessariamente referida às ideologias universais.

Na medida em que não existe um centro - porque "centro" significa indefinição ou então euforismo claro aos conservadores - o PMDB tem duas alternativas básicas: ou se define como um partido de centro-esquerda e portanto social-democrata ou socialista democrático, ou então se caracteriza como um partido de centro-direita, capitalista-intervencionista. Há ainda uma terceira alternativa - definir-se como um partido populista, nacional-desenvolvimentista - aparentemente intermediária entre as duas primeiras. Na verdade, essa terceira alternativa é uma não-alternativa, seria uma tentativa de fugir ao problema, de procurar restabelecer o pacto dos anos cinquenta, que as esquerdas e os trabalhadores não aceitam mais. E seria, portanto, uma solução de centro-direita, correspondente à segunda alternativa, capitalista-intervencionista.

Em qualquer hipótese, o PMDB defenderá uma posição moderadamente intervencionista. Se a Arena e o PDS no governo, apesar de seu discurso liberal, não deixarem jamais de serem partidos favoráveis à intervenção do estado na economia, não será o PMDB, onde a classe média tecnoburocrática e intelectualizada é tão significativa, que procurará restabelecer um liberalismo econômico que nunca existiu neste país.

A vocação natural do PMDB é ser um partido social-democrata modernizante. Mas faltam-lhe bases sindicais adequadas. E os fatos de ocupar hoje o governo federal e de estar inchado por adesões de todo tipo dificultam essa definição. Mesmo em suas lideranças antigas existem, além dos fisiológicos, amplos setores que defendem a permanência a longo prazo do capitalismo, e são portanto conservadores.

A definição social-democrata não significará, naturalmente, uma posição de desafio ao capitalismo. O PMDB ajudou a construir a hegemonia econômica e ideológica da burguesia, e não irá agora voltar-se contra ela. Mas significa, além de um compromisso profundo e imediato com uma distribuição de renda mais justa, a definição de uma meta a longo prazo: o socialismo democrático. Socialismo que não significará estatização, que não implicará em eliminação radical da propriedade privada dos meios de produção, mas será um regime sem

tantos privilégios, sem tantos herdeiros, sem tantos rentistas cujo ganho nada tem a ver com seu trabalho e com seu espírito empresarial. (*Folha de S.Paulo*, 19 de agosto de 1986).

CONSPIRAÇÃO DAS ELITES

Depois da atuação firme e bem articulada de Orestes Quércia no debate de domingo último, Cláudio Abramo afirmou ontem nesta *Folha*: "quem melhor se saiu do debate foi aquele de quem se esperava um desempenho menos marcante: Orestes Quércia". Esta frase do grande jornalista é mais uma confirmação de que o candidato do PMDB está sendo vítima de uma conspiração injusta da elite. Esperava-se pouco dele. E no entanto seu desempenho foi excelente.

De fato, a candidatura de Orestes Quércia está sendo vítima de uma verdadeira conspiração. A burguesia de direita repele-o porque, sendo o candidato do PMDB, não é confiável. Prefere um candidato de direita como Paulo Maluf. A burguesia liberal e a progressista e a classe média intelectualizada, por sua vez, rejeitam-no porque Orestes Quércia não teria cultura e a capacidade de analisar os grandes temas nacionais. E também porque não seria suficientemente progressista. Contraditoriamente, entretanto, a alternativa que enfrentam é um candidato mais à direita de Quércia, como o debate deixou claro: Antonio Ermírio.

Esta conspiração expressa-se com clareza na cerrada oposição que lhe vem fazendo a grande imprensa paulista. Os jornais mais importantes de São Paulo estão, sem exceção, favoráveis a Antonio Ermírio. Quando não querem apoiá-lo abertamente, utilizam do preconceito da elite liberal e progressista contra Quércia para forçar a divisão do PMDB em favor do candidato do PTB. Expressa-se também nos recursos e nos respectivos gastos dos candidatos. Enquanto Antonio Ermírio e especialmente Paulo Maluf realizavam enormes gastos de propaganda, a campanha de Quércia - e mais ainda a de Suplicy - sofre de evidente escassez de recursos.

Em consequência, a candidatura de Quércia recuou ligeiramente no último mês. Maluf continua em primeiro lugar na maioria das prévias eleitorais e Antonio Ermírio passou recentemente para a segunda colocação.¹

Os conspiradores de elite, diante desses resultados, vêem confirmadas suas previsões de que Quércia não teria condições de derrotar Maluf. Não percebem que estão apenas confirmando um eventual resultado para o qual trabalharam ativamente.

É cedo, entretanto, para que qualquer candidato seja considerado vitorioso ou derrotado. Quércia ainda tem amplas possibilidades de recuperação. Inclusive porque esta conspiração das elites poderá afinal beneficiá-lo ao invés de prejudicá-lo como aconteceu até agora.

Esta conspiração está levando Quércia a duas reações: a denunciá-la e a afirmar uma posição mais claramente progressista. No seu partido seu apoio, ao contrário do que afirma a imprensa, continua sólido. As defecções são mínimas. Na medida em que o PMDB se mantenha unido e que Quércia seja capaz de projetar uma imagem claramente mais progressista do que a de Antonio Ermírio, a conspiração das elites poderá ser derrotada, inclusive porque uma parte dessa elite afinal perceberá que a democracia não se constrói sem partidos. O debate de domingo último foi um passo importante para a arrancada do candidato do PMDB. (*Folha de S.Paulo*, 26 de agosto de 1986).

MANIFESTO EQUIVOCADO

O manifesto de um grupo de artistas e intelectuais "aos democratas de São Paulo", em apoio ao candidato Antonio Ermírio de Moraes, em que pese a generosidade dos que assinam, é mais uma peça (equicocada) da conspiração das elites contra a candidatura de Orestes Quércia.

1 As pesquisas provavelmente dirão que Paulo Maluf e Antonio Ermírio, que apareceram em primeiro lugar nas prévias, venceram o debate e que Teotônio Simões foi o grande perdedor, pela simples razão de pesquisas desse tipo serem, por definição, enviesadas: o entrevistado tende a responder que o vencedor é o candidato em quem já pretendem votar.

Os manifestantes, que se identificam com posições de esquerda ou pelo menos progressistas e democráticas, assinalam a ameaça de retrocesso representada pela candidatura de Maluf, e, baseados nas pesquisas eleitorais disponíveis, apóiam Ermírio de Moraes por ser o candidato que teria maiores condições de enfrentar as forças do autoritarismo e da corrupção. E apelam ao Governador Montoro - "de mãos limpas e administração saneadora" - e ao PMDB - "que consideramos ser mais uma vez capaz de assumir o papel de vanguarda e resitência que lhe cabe historicamente" - a apoiarem o candidato do PTB.

Os equívocos dessa posição são evidentes. Como podem o Governador Montoro e o PMDB abandonar o seu candidato - escolhido democraticamente no seio do partido - para apoiar um candidato conservador e populista, sem maiores compromissos partidários? Por que apressar-se em proclamar a inviabilidade da candidatura de Orestes Quércia e dar um largo passo à direita para apoiar um homem sem dúvida digno, mas que, pela própria condição de ser o maior empresário do país, tem poucas condições de fazer este país caminhar em direção a um estágio mais avançado de democracia e de justiça social, na qual os trabalhadores tenham uma participação maior na renda e no poder?

Os empresários podem ser capazes - e no Brasil hoje são efetivamente - de promover o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento político e social, entretanto, a partir do momento em que o capitalismo torna-se o modo de produção dominante, é historicamente uma conquista dos trabalhadores e das classes médias intelectualizadas contra ou apesar da burguesia. Dentro da burguesia há rentistas e empresários, e entre estes há os mais progressistas e os mais conservadores. Mas mesmo os mais progressistas estão severamente limitados por sua condição de classe em sua ação em defesa dos trabalhadores.

Em contrapartida Orestes Quércia é um homem com compromissos claros com o PMDB e portanto com as forças progressistas, de centro-esquerda, deste país. Sua história no partido, sua fidelidade à luta democrática desde que o PMDB foi fundado em 1966, não deixam dúvidas a respeito.

Há duas semanas escrevi nesta coluna sobre a "conspiração das elites" contra Orestes Quércia - uma conspiração baseada em preconceitos intelectuais contra o "candidato caipira", que na verdade expressa os interesses ideológicos nacionais de um liberalismo conservador que deseja derrotar o PMDB em São Paulo. O risco do malufismo, que esse liberalismo conservador representado pelo PFL nacional não quis evitar através da aprovação do sistema de eleições em dois turnos para governadores, é agora usado de pretexto para essa conspiração da direita liberal. Ao adotar essa estratégia conspiratória, baseada na idéia simples que o anti-malufismo só pode beneficiar o candidato ideologicamente mais próximo a Maluf, essa direita liberal não se equivoca. Quem se engana são os artistas e intelectuais progressistas transformados em instrumentos dessa conspiração.

Tomando consciência dessa conspiração, seria mais razoável da parte dos artistas e intelectuais progressistas que serrassem fileiras com o candidato do PMDB ao invés de se apressarem em apoiar o candidato do PTB. As eleições de 15 de novembro estão longe de estarem decididas. Até agora valeram a extraordinária soma de recursos econômicos que Paulo Maluf e Antonio Ermírio de Moraes vêm utilizando em propaganda paga, além do próprio êxito da estratégia das elites contra o candidato do PMDB. A partir da próxima semana valerá o horário gratuito no rádio e na televisão, onde o PMDB e Orestes Quécia terão oportunidade de reverter o atual quadro, desde que, concomitantemente, esta conspiração das elites seja desmascarada pelos intelectuais progressistas. (*Folha de S.Paulo*, 09 de setembro de 1986).

VISITA AOS EUA DO PRESIDENTE SARNEY

A recente visita do Presidente Sarney aos Estados Unidos poderá ficar na história do Brasil como um marco do crescente poder econômico e da independência política do país.

O Brasil, depois de cinquenta anos de desenvolvimento industrial, transformou-se em uma das grandes potências econômicas mundiais. Todos sabem que o Brasil já é a oitava e caminha para ser a sétima economia capitalista. As atenções e as pressões que o Presidente e os ministros da área econômica receberam e sofreram em Washington representam o reconhecimento pelos Estados Unidos desse novo poderio econômico e dos conflitos de interesses que daí derivam.

Diante das atenções e das pressões, os dirigentes brasileiros poderiam ter cedido. Sempre que os representantes do terceiro mundo desembarcam nos Estados Unidos sentem imediatamente o peso da imensa riqueza e da enorme cultura norte-americana. A hegemonia norte-americana não é apenas econômica e militar, é também cultural, ideológica. E a tentação ou a tendência dos que lá desembarcam é curvar-se, é procurar identificar-se, é reconhecer que ali estão consubstanciadas a verdade e a razão.

Pois não foi isto o que ocorreu nesta visita. O Presidente e seus auxiliares ouviram as "verdades" do lado de lá, as quais contrapuseram as nossas "verdades".

E a primeira destas verdades é que o Brasil pode ser um país economicamente poderoso - com um PIB muito maior do que o de muitos países centrais - mas continua um país subdesenvolvido, do terceiro mundo; continua um país endividado internacionalmente; continua um país marcado pelo desemprego estrutural, pela incapacidade de incorporar toda a sua mão-de-obra em atividades capitalistas modernas; continua um país com imensas desigualdades sociais, fome, miséria, analfabetismo.

A partir dessa constatação, o Brasil não pode nem deve sujeitar-se a políticas econômicas e industriais determinadas pelos países centrais. Na política econômica de curto prazo, não pode submeter-se aos condicionamentos do Fundo Monetário Internacional. Na política aduaneira não pode permitir que os serviços sejam submetidos ao GATT, o que significaria abrir o Brasil às empresas de serviço, aos bancos, às empresas de seguro, às empresas de *software* internacionais. Na política industrial, o país não abrirá mão da reserva de mercado na informática enquanto não consolidar esse setor industrial nascente. Ora, tudo isso foi dito com clareza aos norte-americanos.

Para desenvolver sua economia, para arrancá-la do subdesenvolvimento e da marginalidade social, a cooperação com os países centrais é importante. Temos muitos interesses comuns. As empresas multinacionais são bem-vindas em quase todos os setores. Em muitas áreas, onde a indústria já está consolidada, as barreiras aduaneiras devem ser baixadas gradualmente para estimular a concorrência e o comércio internacional. Até as recomendações do FMI podem nos ser úteis em certos momentos, como o atual, por exemplo, quando o excesso de demanda exige medidas ortodoxas de política econômica.

Mas, como o Presidente Sarney deixou sempre claro durante sua visita aos Estados Unidos, não podemos abdicar de nossa soberania, necessitamos de superávit comercial para poder pagar os juros da dívida externa, somos nós que sabemos quais são as políticas econômicas mais adequadas para o país. (*Folha de S.Paulo*, 23 de setembro de 1986).

POPULISMO PROGRESSISTA

Na primeira eleição geral depois da redemocratização voltam a entrar em confronto as forças democráticas e progressistas reunidas em torno do PMDB, e as forças autoritárias e conservadoras reunidas em torno do PDS. O PFL, que se uniu ao PMDB para eleger Tancredo Neves e José Sarney, volta em muitos casos às suas origens, aliando-se ao PDS. A luta entre as posições ideológicas de esquerda e de direita, progressistas e conservadoras, democráticas e autoritárias, entretanto, é ainda muitas vezes confundida por posições populistas que pretendem ser progressistas.

Cada estado reveste-se de características particulares. Na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, líderes nacionais do PMDB com posições ideológicas claras deverão ser vitoriosos. Em outros estados a vitória provável do PMDB deverá ocorrer com novas lideranças. É o caso do Rio de Janeiro, do Paraná e do Ceará. O PMDB enfrenta maiores dificuldades em São Paulo, onde seu candidato inicia um processo de recuperação.

Em São Paulo, na medida em que o candidato do partido identifica-se cada vez mais com as posições progressistas, em contraste com seus dois adversários conservadores e populistas, aumentam as suas possibilidades de vitória. O crescimento eleitoral que obteve depois de quinze dias de horário gratuito na televisão deve-se em grande parte à objetividade de sua mensagem, quando comparada com o populismo reacionário e irracional de Paulo Maluf e o populismo pretensamente progressista de Antonio Ermírio. Orestes Quécia, em cada programa, define com mais clareza sua posição política. Identifica-se com as idéias de centro-esquerda do PMDB e vai, assim, perdendo parte dos traços populistas que prejudicaram sua candidatura no início da campanha.

É preciso admitir que em certos momentos históricos o populismo pode ter um caráter progressista. Populismo progressista é a união de burguesia e trabalhadores em torno de um projeto político que, rejeitando a distinção esquerda-direita, procura definir objetivos nacionais prioritários, como a industrialização e o desenvolvimento (anos quarenta e cinquenta) ou então como a democracia (primeira metade dos anos oitenta). Enquanto um país não realizou a sua revolução burguesa, ou enquanto está sob o jugo de um regime autoritário, o populismo progressista pode ser funcional para aquela revolução e para a redemocratização, como aconteceu naqueles períodos.

Hoje, no Brasil, há ainda um caso típico de populismo progressista: a candidatura de Tasso Jereissati pelo PMDB ao governo do Ceará. Empresários, classes médias burguesas, classes médias intelectualizadas de esquerda e trabalhadores unem-se para eleger o jovem empresário, em luta aberta e generosa contra o velho coronelismo oligárquico. Todas as recentes pesquisas eleitorais apontam na direção da vitória de Tasso Jereissati, que representará

um passo gigantesco para a afirmação de um Brasil moderno e capitalista no Nordeste.

Em São Paulo, entretanto, esta revolução burguesa já está realizada; o Brasil moderno com todas as suas injustiças já existe. Sua última manifestação foram a campanha pelas diretas e a eleição de Tancredo Neves, como observou bem nesta coluna Octávio Frias Filho. Antonio Ermírio procura agora dar continuidade a esse populismo, quando está na hora de definições ideológicas mais claras. Por enquanto foi bem sucedido em sua estratégia, mas há indicações de que sua candidatura começa a enfrentar problemas. Com a recuperação de Quêrcia, é possível que, afinal, fique demonstrado que se o populismo progressista é ainda viável no Ceará, já é uma idéia fora do tempo e do lugar em São Paulo. (*Folha de S.Paulo*, 30 de setembro de 1986).

IMPASSE NO CHILE

O Chile vive hoje um grande impasse. Submetido a uma ditadura, não consegue dela escapar. A oposição é forte e conquistou algum espaço de ação, mas não é suficientemente forte para restabelecer a democracia, porque uma grande parte da burguesia continua apoiando o regime militar.

Na próxima semana será realizado na Câmara Municipal de São Paulo um ato público em favor da redemocratização do Chile. Através de manifestações como estas, o Brasil reafirma sua solidariedade latino-americana, e busca contribuir para que a democracia seja restabelecida no Continente.

No Chile, entretanto, as perspectivas não são favoráveis. As análises políticas de que tenho tomado conhecimento sobre o Chile não apontam em direção à redemocratização. Não existem perspectivas concretas da derrubada do General Pinochet e do estabelecimento de um regime democrático naquele país.

A ditadura militar chilena, estabelecida há treze anos atrás, continua sólida, não obstante seus resultados em termos econômicos venham sendo lastimáveis. Vítimas do monetarismo liberalizante, a indústria chilena foi destruída; a dívida externa atingiu níveis elevadíssimos em relação ao PIB sem que houvesse a contrapartida de investimentos produtivos; a inflação não foi

controlada; e a renda concentrou-se nas mãos do velho capital mercantil-financeiro, em prejuízo dos trabalhadores e do capital industrial produtivo.

Ora, esta concentração da renda é uma das razões da relativa solidez da ditadura. Existem os beneficiados por ela, não apenas os militares mas também uma extensa parte da média e alta burguesia mercantil, e esses beneficiados se apegam ao privilégio com todas as forças.

A causa maior da resistência do regime autoritário capitalista-tecnoburocrático chileno, entretanto, é política. Ao contrário do que aconteceu no Brasil, ou na Argentina, ou no Uruguai, os setores liberais da burguesia industrial, inclusive a ampla classe média burguesa, ainda não romperam com a tecnoburocracia militar, ainda não decidiram cerrar fileiras com os trabalhadores, as esquerdas, os liberais, os democratas chilenos enfim que sempre lutaram contra a ditadura.

O regime militar já sofreu defecções importantes. O Partido Demócrata Cristão, que inicialmente apoiou o golpe, há muito transformou-se em um dos baluartes da oposição ao regime autoritário capitalista-tecnoburocrático; Gabriel Valdez, seu presidente, é uma das grandes figuras da resistência democrática.

O grande problema, entretanto, está na divisão da oposição entre o grupo moderado, que assinou o acordo nacional de 26 de agosto de 1985, do qual fazem parte a esquerda cristã, a tendência Nunes do Partido Socialista, a democracia cristã e vários partidos de centro-direita, e um grupo mais radical reunido em torno do Movimento Democrático Popular (o Partido Comunista, a Esquerda Revolucionária, o MIR, a tendência Almeyda do Partido Socialista). Os primeiros recusam a luta armada, os últimos admitem-na explícita ou implicitamente; os primeiros aceitam como inevitável ou defendem o predomínio do modo capitalista de produção e a hegemonia burguesa, os últimos sentem o capitalismo tão debilitado que apostam ou se sentem tentados a apostar na revolução estatal (comunista) ou em uma utopia socialista qualquer.

Ora, é compreensível que diante dessa perspectiva a burguesia se amedronte e que, apesar de todos os pesares, continue a apoiar Pinochet. A burguesia chilena, ao contrário da brasileira, não é suficientemente forte para garantir a continuidade do capitalismo chileno nos quadros da democracia, nem suficientemente fraca para permitir o retorno à democracia. Nesse ponto reside o impasse chileno. Para um observador sereno é plausível que, derrubado o regime militar, haja uma revolução social anti-capitalista no Chile, mas a sensação de falta de segurança da burguesia impede-a de fazer a opção pela democracia. (*Folha de S.Paulo*, 7 de outubro de 1986).

VOTO DISTRITAL

A superioridade democrática do voto distrital sobre o voto proporcional torna-se evidente em períodos pré-eleitorais como o que estamos vivendo. Fala-se hoje em milhões e milhões de cruzados para eleger um deputado. Cada candidato é obrigado a disputar o voto em todo o Estado, a dirigir a sua mensagem a 15 milhões de eleitores. E o custo dessa tentativa de se comunicar com tanta gente é altíssimo, representando uma enorme vantagem para os candidatos ricos e ou corruptos.

Por outro lado, a inexistência do voto distrital facilita o voto de cabresto e o voto inconsciente. Os candidatos, por mais que gastem dinheiro, não conseguem chegar aos eleitores, não conseguem se fazer conhecidos. O eleitor, na grande maioria das vezes, não conhece o candidato a deputado. Não tem nenhum vínculo com ele.

Com o voto distrital a situação é muito diferente. O custo da campanha reduz-se enormemente, porque o candidato deve fazer chegar a sua proposta a um número muito menor de eleitores. E estabelece-se entre o candidato e o eleitor uma relação pessoal de compromisso.

Uma consequência importante dessa nova relação entre o parlamentar e o eleitor é o aumento do prestígio dos políticos e dos parlamentares. O eleitor respeita o candidato que elegeu. Outra consequência é o aumento da responsabilidade do político. Ele sabe a quem deve prestar contas.

São essas as razões que explicam que em todos os países onde existem democracias sólidas existe o voto distrital, que tem uma vantagem adicional: dá mais estabilidade ao regime político ao dar uma maioria mais sólida nos parlamentos aos partidos majoritários.

O principal defeito do voto distrital puro está relacionado com essa última vantagem. Esse sistema favorece o partido majoritário, levando-o a ganhar um número de cadeiras maior do que o número relativo de votos que recebeu. Por isso os alemães inventaram há bastante tempo o sistema do voto distrital misto, que já foi objetivo de uma emenda constitucional aprovando-o, em 1982, e de um projeto de lei do senador Montoro: metade dos candidatos são eleitos majoritariamente, um candidato por distrito; e a outra metade é eleita proporcionalmente, de acordo com o número de votos obtidos pelo partido, e com base em listas previamente aprovadas pela convenção do partido.

Inexplicavelmente, em 1985, o Congresso, ao invés de regulamentar essa emenda constitucional, decidiu revogá-la, restabelecendo o sistema proporcional. Estamos agora vendo as consequências dessa decisão retrógrada. Até uma candidata de um pequeno partido - Irma Passoni, do PT - protesta contra o

custo da campanha e afirma que o ideal é o voto distrital. O sistema distrital misto garante inclusive espaço para os pequenos partidos. Eles são prejudicados mas não desaparece. E a democracia é muito fortalecida. (*Folha de S.Paulo*, 14 de outubro de 1986).

PERMUTAS NECESSÁRIAS PARA SALVAR O CRUZADO

O Plano Cruzado só será bem sucedido se o controle administrativo de preços respeitar a lei do valor que rege os mercados, ou seja, se garantir ao invés de violentar o equilíbrio micro e macroeconômico do sistema. Para garantir esse resultado não há hoje outra alternativa senão aceitar a permuta entre uma inflação maior agora resultante do acerto dos preços relativos e a não ocorrência de uma explosão inflacionária no futuro.

A desapropriação de bois gordos na última semana levou ao limite a ação administrativa e policial do governo. Embora não resolva o problema da falta de carne, já que a especulação existente nesse mercado está baseada em desequilíbrios reais provocados pelo aumento da demanda e pela redução da oferta durante a entressafra, a intervenção do governo, pelo seu caráter exemplar, era necessária. Mas os limites desse tipo de ação são óbvios. O governo suspendeu a intervenção não apenas porque o número de bois oferecidos ao abate aumentou, mas também porque a reação conservadora às medidas policiais foi significativa.

Se chegamos ao limite da intervenção, é preciso agora pensar com mais firmeza nas medidas necessárias ao equilíbrio do mercado. A grande maioria dos economistas e dos empresários limita-se a assinalar o desequilíbrio macroeconômico e propor medidas para desaquecer a demanda, via redução do déficit público. Sem dúvida são necessárias e urgentes medidas nesse sentido, mas não são suficientes.

Na Argentina incorreu-se no mesmo erro. Embora o governo tenha reduzido o déficit público operacional de 8 por cento do PIB no primeiro trimestre de 1985 para 2,6 no trimestre correspondente de 1986, continua-se a atribuir o relativo fracasso do Plano Austral (inflação de 6,6 por cento em julho, 8,8 em agosto e 7,2 em setembro) ao déficit público. Na verdade, o que levou a Argentina a suspender o congelamento em 4 de abril de 1986 foi o acúmulo de distorções nos preços relativos, que tornaram aquele descongelamento

inevitável e abrupto. Quando ele foi decidido havia se transformado em um desejo de toda a sociedade.

É urgente, portanto, para salvar o Plano Cruzado, além de se tornarem medidas fiscais para desaquecer a demanda, partir-se imediatamente para a política de acerto dos preços relativos, corrigindo para cima os preços atrasados. A consequência dessa decisão será um aumento controlado da taxa de inflação. Mas é preciso ser realista. A inflação zero é inviável. A escolha no momento está entre uma inflação um pouco maior agora em troca do controle da inflação no futuro, ou a manutenção de uma inflação artificialmente baixa e a explosão dos preços em um futuro não muito distante, como aconteceu na Argentina.

Quanto mais se atrasar a administração dos preços relativos, maiores serão as distorções. Porque além dos desvios que já havia no dia 28 de fevereiro e que não foram corrigidos, surgem agora novas distorções. Certos setores, como as confecções e os serviços pessoais vêm logrando contornar o conglomerado, enquanto que outros setores permanecem com seus preços rigorosamente congelados. Alguns setores já aumentaram entre 40 e 50 por cento seus preços desde 28 de fevereiro contra zero em outros. Inicialmente pode-se imaginar, otimisticamente, que essas distorções foram corretivas, na medida em que esses setores estavam com seus preços atrasados. É pouco provável, entretanto, essa coincidência entre preços descontrolados e preços atrasados. Em qualquer hipótese, a partir de um certo momento, a existência de preços controlados e de preços descontrolados ou mal controlados vai produzindo distorções nos preços relativos - distorções cumulativas, que irão aumentando na medida em que os preços controlados permaneçam rígidos por decisão do governo.

Ora, estas distorções são insustentáveis. As empresas com preços atrasados vão sendo colocadas em uma situação insustentável. Suas margens de lucro caem e sua taxa de lucro pode tornar-se negativa. As mais resistentes financeiramente sobrevivem, mas suspendem seus investimentos. Algumas conseguem maquiagem seus produtos ou cobrar ágios. O aumento de vendas pode compensar parcialmente a redução de margens. Mas nenhum sistema econômico pode manter-se a médio prazo com um desequilíbrio microeconômico dessa natureza.

Além de desaquecer a demanda através de medidas fiscais e de corrigir os preços relativos mais obviamente atrasados, como, por exemplo, o preço do aço, da energia elétrica e dos automóveis, o governo precisa também retomar as minidesvalorizações cambiais. Por enquanto não é necessário começar com uma maxi, mas o fato é que já temos uma inflação média acumulada desde a implantação do cruzado, em termos de preços ao consumidor, de 8,2 por cento. Em termos do índice de preços industriais no atacado, a inflação acumulada é menor (cerca de 1%). Para isso e devido à desvalorização do dólar, é possível não fazer a maxidesvalorização inicial. Mas iniciar as minis é urgente.

Novamente neste caso estamos diante de uma permuta entre uma inflação maior agora devido às minidesvalorizações cambiais e uma explosão inflacionária no futuro, quando a deterioração das nossas relações comerciais com o exterior impuser uma maxidesvalorização cambial.

É claro que é sempre melhor não fazer permutas. Que o ideal é ganhar sempre e jamais ser obrigado a perder ou sacrificar alguma coisa em troca de outra. Mas a realidade é diferente. Exige permutas. No caso presente exige que admitamos uma inflação maior agora em troca do êxito a longo prazo do Plano Cruzado. (*Folha de S. Paulo*, 16 de outubro de 1986, com o título "Mudanças necessárias no Cruzado").

AS CAUSAS DA VIRADA DE QUÉRCIA

A grande virada ocorrida na luta sucessória paulista, com a queda de Antonio Ermírio de Moraes e Paulo Maluf e a subida vertiginosa de Orestes Quércia, está sendo interpretada como uma manifestação da instabilidade e incoerência do eleitor paulista, que ora colocaria um ora colocaria outro candidato na dianteira. Esta é uma interpretação equivocada, que não considera, no longo prazo, o avanço político que ocorreu no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial, e, no curto prazo, a dinâmica particular de que se revestiu a presente campanha eleitoral. Em conseqüência, essa interpretação subestima ou ignora a força do PMDB e da sua mensagem democrática e progressista, que está na base da arrancada de Quércia.

A causa fundamental da virada do candidato do PMDB foi ter ele conseguido, afinal, identificar sua figura com a do seu próprio partido, ao mesmo tempo em que Antonio Ermírio, que pretendeu essa identificação, perdê-la definitivamente.

Por uma série de razões Orestes Quércia, no início desta campanha, não conseguia se identificar perante muitos simpatizantes do PMDB com a mensagem do partido. Embora tenha sido sempre um membro rigorosamente fiel ao partido, embora seu desempenho, especialmente nos oito anos como senador, tenha sido sempre firme na luta contra a ditadura, uma série de preconceitos sociais e intelectuais transformados em uma verdadeira conspiração das elites burguesas contra sua candidatura procuraram descaracterizar seu compromisso com os ideais democráticos e de justiça social.

do PMDB. E não obstante todas as evidências em contrário, procurou-se atribuir ao candidato do PTB a identificação substantiva com os compromissos do PMDB.

Esta conspiração baseada em equívocos teve entretanto vida curta, como demonstram as prévias eleitorais. Várias causas contribuíram para o desmascaramento dessa conspiração informal e para a definitiva identificação de Orestes Quércia com o PMDB.

Em primeiro lugar temos a posição firme adotada pelos militantes do PMDB, liderados por Franco Montoro. O governador, apesar de todas as pressões que sofreu, em nenhum momento hesitou no seu apoio ao candidato do partido. E a grande maioria dos militantes - contrariamente ao que ocorria com os simpatizantes - manteve-se também firme. ¹

Em segundo lugar, temos o desempenho de Quércia no horário gratuito de rádio e televisão. Desde o início, seu programa foi de longe o melhor. Sua estratégia básica foi identificar-se com o PMDB e ao mesmo tempo comandar os vinte minutos a seu dispor do começo ao fim. Quércia aparece logo no início do programa com um "recado" ou uma "denúncia", aparece no meio como um repórter, e termina com uma apresentação objetiva de algum ponto de seu programa de governo. Fala sempre de forma articulada e calma, não discursiva, não abusa do emocionalismo, ao contrário do que faz Maluf, nem se limita a frases soltas, como Antonio Ermírio. E tem em seu horário o apoio dos dois senadores e de um excelente time de candidatos a deputado federal e estadual.

A terceira causa da identificação de Quércia com o PMDB, foi o desvendamento de Antonio Ermírio de Moraes. O grande empresário foi o objeto de ataques, certamente exagerados, mas que, inclusive pelas respostas do candidato, deixaram claro o caráter populista e conservador de sua candidatura. ² Quando começou a atacar o governador, depois de tê-lo elogiado insistentemente, essa perda de identificação acentuou-se.

Identificado Quércia com o PMDB sua campanha caminha para a vitória. Não houve, como se pretende, instabilidade dos eleitores. Houve a tentativa de desinformá-los através de uma grande conspiração informal das elites. Mas tudo indica que a verdade acabou prevalecendo. (*Folha de S. Paulo*, 21 de outubro de 1986).

VETOR IDEOLÓGICO

A última pesquisa eleitoral do IBOPE indica uma esmagadora vitória do PMDB nas próximas eleições. Deverá eleger vinte governadores e fazer a maioria absoluta na Assembléia Nacional Constituinte.

Diante desses resultados recomeça imediatamente um certo tipo de críticas, em que se misturam o intelectualismo e o utopismo com alguma base na realidade: "o PMDB não é um partido, é uma frente"; "está sendo inchado pela direita e pelos fisiológicos"; "estas eleições não apontam ideologicamente para nenhuma direção".

Estas críticas são equivocadas, porque, de um lado, não consideram a natureza dos partidos de massa, porque pretendem exigir de um partido uma rigidez ideológica que é incompatível com as democracias modernas, e, de outro lado, porque ignoram o aumento de consciência política do eleitorado brasileiro. Fernando Henrique Cardoso propôs há algum tempo a expressão "partido ônibus" para definir o PMDB.

A idéia é interessante, mas não vejo necessidade dela. O PMDB é simplesmente um partido democrático de massas com uma orientação de centro-esquerda. É um partido semelhante aos grandes partidos social-democratas que existem nas democracias capitalistas. Talvez um pouco mais à direita do que, por exemplo, o Partido Socialista francês, mas provavelmente à esquerda do Partido Trabalhista britânico ou do Partido Social Democrata alemão.

Naqueles partidos, como no PMDB, há os políticos de esquerda, de centro-esquerda, e de centro-direita.

Naqueles partidos, como no PMDB, trabalhadores, classe média tecnoburocrática e burguesia progressista se encaixam e estabelecem diversos tipos de compromissos. O importante, porém, é que o partido, além de ser radicalmente democrático, apresenta um vetor ideológico de centro-esquerda; é um partido popular comprometido com a distribuição da renda (além do desenvolvimento nacional). E um grande número de eleitores que votam no PMDB reconhecem essas características.

Nestas eleições o vetor de centro-esquerda do PMDB está claro. Candidatos com forte caráter progressista, como Pedro Simon, Miguel Arraes e Waldyr Pires estão sendo eleitos.

Tasso Jereissati deverá ser eleito no Ceará como um representante do empresariado moderno contra a oligarquia dos coronéis. E em São Paulo a grande virada e a muito provável vitória de Orestes Quécia se devem ao fato de que logrou identificar sua imagem com a do PMDB, ao assumir sua imagem com

a do PMDB, ao assumir posições claramente populares, inclusive de crítica ao grande capital. Comparado com Paulo Maluf, de direita, e Antonio Ermírio de Morais, de centro-direita, Quércia projetou uma imagem de centro-esquerda, que o identifica com seu próprio partido e provavelmente o elegerá.

Neste final de campanha, dada a condição de terceiro colocado em que foi jogado Maluf, é provável que comece a ocorrer o voto útil de direita, ou seja, a migração de votos de Maluf para Antonio Ermírio. Em contrapartida, à medida em que Antonio Ermírio ataca indiferentemente o governo anterior e Montoro (que elogiava até há alguns dias), Maluf e Quércia, perdem votos dos eleitores progressistas, que passam a apoiar Quércia.

Em todos esses processos ideológicos e políticos, fica claro o vetor ideológico de centro-esquerda do PMDB, e a preferência atual por esse tipo de orientação do eleitorado brasileiro, que queiram ou não os críticos, já começa a votar ideologicamente. (*Folha de S.Paulo*, 28 de outubro de 1986).

DEPUTADOS CONSTITUINTES

O sistema presidencialista brasileiro, ou seja, a eleição direta do presidente e dos governadores para o exercício pleno do poder executivo, é um obstáculo fundamental à consolidação da democracia brasileira, na medida em que impede a formação de um sistema partidário forte.

Não há democracia sem partidos políticos representativos. São os partidos, com seus respectivos vetores ideológicos, que asseguram minimamente a realização da vontade do povo. É através dos partidos que a alternância democrática de poder entre partidos de centro-esquerda e centro-direita se realiza nos regimes democráticos. Ora, torna-se muito difícil fortalecer os partidos quando ao eleitor é dada a alternativa de votar ou segundo o partido ou segundo o candidato a presidente ou a governador. Facilmente a luta política transforma-se em luta de personalidades, que passam a se dilacerar entre si, como vem ocorrendo na atual campanha.

É verdade que, afinal, na eleição para governador de São Paulo, tudo indica que o partido prevaleceu sobre as personalidades. Orestes Quércia continua a aumentar sua vantagem sobre os adversários e deverá ser eleito. O PMDB derrotará assim o populismo personalista de Antonio Ermírio e Paulo

Maluf. Mas para isso foi necessário que Quércia também conseguisse projetar uma imagem fortemente positiva - façanha que logrou graças ao horário gratuito de rádio e televisão.

Além de enfraquecer os partidos, o presidencialismo, nestas eleições, está enfraquecendo a Constituinte. Flávio Bierrembach deve ter previsto isto quando, como relator da Comissão, pronunciou-se a favor de uma Assembléia Nacional Constituinte separada do Congresso e propôs que o aumento fosse decidido por um plebiscito. Foi preciso coragem para adotar essa posição, que afinal lhes custou o cargo de relator, já que ele ficou sem o apoio de seu próprio partido. Hoje, entretanto, a grande maioria das pessoas, inclusive muitos dos que se opuseram ou se mostraram indiferentes, concordam que ele tinha razão. A eleição para governadores está obscurecendo a campanha para o Congresso Constituinte. O grande debate ideológico que deveria estar se travando em torno da Constituinte cede lugar a ataques pessoais que os candidatos e órgãos de imprensa se brindam uns aos outros.

E, no entanto, nada é mais importante do que votar bem, conscientemente, para os constituintes. Para o Senado, felizmente São Paulo elegerá dois democratas de primeira qualidade: Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. Mas para a Câmara dos Deputados não há qualquer certeza. Há candidatos comprando votos. Compram descaradamente. Pagam uma parte à vista e outra depois de computados os votos. A direita fisiológica instalada no PDS, no PTB e no PFL e marginalmente no PMDB, gasta milhões para compensar sua falta de mensagem. Por outro lado, poucos são os candidatos conservadores ou de direita ideológicos. Não votaria neles mas são dignos de respeito, na medida em que baseiam sua campanha em suas idéias e em sua própria vida. Em contrapartida, muitos são os candidatos de esquerda e de centro-esquerda ideológicos. São excelentes candidatos, que dividirão voto progressista do PMDB e do PT. Apesar do pouco espaço que estão tendo para debater suas idéias, devido ao domínio das eleições para governador, é razoável prever um avanço real da bancada progressista na Câmara dos Deputados. (*Folha de S.Paulo*, 4 de novembro de 1986).

A VITÓRIA DO PMDB

A vitória de Quércia em São Paulo já está garantida. Em todo o Brasil confirma-se a grande vitória do PMDB nas eleições de 15 de novembro. Diante destes resultados, duas questões encadeadas se colocam: (1) foi de fato o PMDB progressista, de centro-esquerda, comprometido com a luta contra o autoritarismo e a favor das mudanças sociais que venceu, ou foi o PMDB inchado pelos oportunistas de todos os matizes? e (2) quais serão as conseqüências a nível nacional desta vitória?

Os críticos empedernidos e os opositores sistemáticos dirão apressada e ironicamente que o PMDB apenas inchou; que, como a Arena nos idos da ditadura, transformou-se no "maior partido do Ocidente"; e que portanto nada significa essa vitória. A afirmação de um empresário paulista de que já não é mais possível deixar de levar a sério o PMDB parece-me, porém, mais realista.

É claro que houve inchaço do PMDB. Os oportunistas ou fisiológicos têm uma atração irresistível pelo governo: não é fácil evitar sua entrada no partido situacionista. Por outro lado, ou concomitantemente, a direita procurou ampliar seu espaço no partido. Mas é enganoso imaginar que o PMDB esteja sendo dominado pelos oportunistas, ou que tenha se transformado em um partido de centro-direita.

O *locus* ideológico do PMDB é ser um partido radicalmente democrático e moderadamente de esquerda. As últimas eleições apenas confirmaram este fato, ao se colocarem todos os opositores significativos do PMDB, exceto no Rio de Janeiro, à direita dos seus candidatos.

Não é apenas a vocação ideológica do PMDB que é de centro-esquerda. Falo em *locus* porque, mesmo quando se procura levar o PMDB para a direita, o surgimento de candidatos do PFL e do PDS mais à direita ainda obrigam o candidato do PMDB a fazer a opção pela esquerda, obrigam-no a voltar para seu verdadeiro lugar. O grande capital, os setores conservadores do país não apóiam o candidato do PMDB, que tem que ir buscar sua força nas bases populares e nas classes médias de centro-esquerda.

A vitória do PMDB significa, portanto, em primeiro lugar que as mudanças sociais e a opção nacional, que têm caracterizado o Governo Sarney, terão que se aprofundar. Não aponta para nenhuma mudança de rota radical, mas deixa claro que a prioridade para as despesas sociais, uma reforma tributária progressiva, uma política econômica não-ortodoxa e a defesa da empresa nacional continuarão a ser enfatizadas.

Sarney, Ulysses, Montoro e os governadores eleitos são os grandes vitoriosos: o PLF e o PDS, os grandes derrotados. Sarney seria duplamente

vitorioso se pudesse ter-se envolvido na campanha; não pôde devido à inevitável divisão da Aliança Democrática a nível estadual. É tolice, entretanto, imaginar que sai enfraquecido, ou que terá que mudar o ministério. Poderá vir a fazê-lo, mas a composição do novo Congresso Constituinte lhe garantirá ampla autonomia de decisão.

A vitória do PMDB nestas eleições é um passo adiante no sentido de garantir o desenvolvimento do Brasil com democracia e mais justiça social. Não representa nenhuma revolução. A hegemonia burguesa permanece intocada. O caráter predominantemente capitalista da formação social brasileira não sofre qualquer abalo. A aliança e a integração do país com o mundo capitalista não sofrerão interrupção. Mas através desses resultados o povo brasileiro deixa clara sua opção pela mudança, afirma que está disposto a sacrificar um pouco de ordem em nome da justiça, e demonstra que, embora ainda tenha muito a caminhar na luta contra o autoritarismo e a desigualdade, já começa a se transformar em sujeito de sua própria história. (*Folha de S.Paulo*, 18 de novembro de 1986).

PRINCÍPIO FEDERATIVO

No Seminário dos Governadores promovido pelo governador Franco Montoro no último dia 23, o tema fundamental levantado por todos foi o do restabelecimento da Federação, através da reforma tributária, que transfira recursos fiscais para os estados e os municípios, acompanhada da respectiva reforma administrativa, que atribuía às unidades da federação e aos municípios maiores responsabilidades.

A descentralização reivindicada pelos governadores é fundamental, mas parte de um equívoco conceitual que precisa ser esclarecido. Não se pode falar em "restabelecimento" da federação porque ela jamais existiu a não ser no papel. Na Primeira República a federação parecia mais real, mas na verdade era ainda muito limitada. A partir dos anos trinta, quando o Governo Federal passou a assumir uma responsabilidade maior pelo planejamento e a promoção do desenvolvimento econômico nacional, ocorreu um processo previsível de aumento do poder central. De um lado eram necessários grandes investimentos na infraestrutura econômica - na área da energia, do transporte, da siderurgia, das comunicações. De outro, era fundamental aumentar o poder regulatório do governo, de forma a poder estimular o investimento privado. Em outras

palavras, era necessário promover a acumulação básica, primitiva, de capital industrial, que permitisse, em seguida, sua expansão natural, através do reinvestimento de lucros obtidos no mercado. Para realizar essa acumulação primitiva foi essencial o papel do Governo Federal e inevitável a manutenção e até o aprofundamento do centralismo.

Esta acumulação básica de capital, entretanto, já foi realizada. Ainda que seja essencial continuar a investir, o investimento produtivo já é possível sem a intervenção direta ou indireta do governo. Passou a ser responsabilidade principal do setor privado.

Por outro lado, o estado, a nível federal, estadual e municipal, assume agora uma nova prioridade - a de promover o desenvolvimento social, e de tornar menos injusta a distribuição da renda, a de aumentar seus gastos com educação, saúde, habitação e transporte coletivo.

Ora, este é um fato histórico novo. Assinala uma mudança básica no papel do estado, que deverá ser acompanhado por correspondentes transformações na área administrativa e tributária. Quando a prioridade é social, a centralização é ineficiente. Os estados e municípios têm uma capacidade muito maior de resolver os problemas de educação e saúde, de habitação e transporte coletivo, do que a união.

Não se trata, portanto, de restabelecer um princípio federativo que nunca existiu na realidade, mas de reconhecer o momento histórico novo e de dar um conteúdo concreto a esse princípio federativo. Só através da descentralização tributária e administrativa, que a próxima constituinte deverá promover, será possível tornar efetiva a prioridade social que todos almejam. (*Folha de S.Paulo*, 30 de dezembro de 1986).
